

--- N.º 8/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

--- **SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS “FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, NO VALOR DE 158.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)-----

--- **QUARTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2015 E DE ISENTAR DA DERRAMA OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000 € NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)-----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA

VIGORAR NO ANO DE 2015, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2016, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)-----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO E A CEVE PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, MAIS CONCRETAMENTE NA ÁREA DA EXTINTA FREGUESIA DE ARNOSO SANTA EULÁLIA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, NA FREGUESIA DO LOURO E NA FREGUESIA DE NINE, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E APRECIACÃO DO TEOR DO PROTOCOLO DE INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO, O QUAL ESTABELECE OS TERMOS DA PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO, A AMA – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P, A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, O INSTITUTO DE REGISTOS E NOTARIADO, I.P E O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Maria Esperança Dias Ferreira Oliveira, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----**FALTOU**-----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS -----**FALTOU** -----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BRUNO SILVA CAMPOS-----
--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----
--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----**FALTOU-JUSTIFICOU**
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JAIME FRANCISCO REBELO SILVA-----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----

--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--- LUÍS MANUEL SANTOS MACHADO -----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
--- MANUEL MARTINS COSTA -----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS-----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
--- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
--- NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----
--- RAUL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----
--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----
--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
--- VITOR TORRES PEREIRA -----

- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
- ANTES DA ORDEM DO DIA**-----
- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – pôs à discussão a ata da reunião ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze.-----
- ***Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.***-----
- Pôs à discussão a ata da reunião extraordinária do dia um de setembro de dois mil e quinze.-----
- ***Posta à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.***-----
- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: -----
- ESPELHO DE ÁGUA Manutenção de Fontes Luminosas, Unipessoal, Lda – prestação de serviços de manutenção das fontes ornamentais públicas, pelo período de um ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----
- INFORMÁTICA EL CORTE INGLÊS – licenciamento de software Microsoft, pelo período de 3 anos, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2015, 2016 e 2017. -----
- NITÉCNICA – Material elétrico, Lda – fornecimento de material de pichelaria, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----
- QUIMITÉCNICA.COM – Comércio e Indústria Química, S.A., Lda – fornecimento de hipoclorito de sódio, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----
- EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A. - fornecimento de gás natural para EB1 de Oliveira S. Mateus, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----
- GNG.APB, Arquitetura e Planeamento, Lda – prestação de serviços de elaboração do projeto de eixo 4 da rede de ciclovias para a cidade, requalificação da Av. 25 de Abril e Parque 1.º de Maio, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- OÁSIS PLANTAS DE JOSÉ CARLOS DA SILVA MENDES - fornecimento de material vegetal e artigos complementares de jardinagem, em regime de fornecimento contínuo, no decurso do período de 1 ano, a contar da data de celebração do contrato cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- OÁSIS PLANTAS DE JOSÉ CARLOS DA SILVA MENDES – prestação de serviços de conservação e manutenção de espaços verdes do Parque da Devesa, pelo período de 1 ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- AMBICALENDÁRIO – Serviços e Equipamentos Ambientais. Lda - prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes públicos, pelo período de 1 ano, renovável por iguais períodos, até um máximo de duas renovações, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015, 2016, 2017 e 2018. -----

--- AMBICALENDÁRIO – Serviços e Equipamentos Ambientais. Lda o lote 1, à firma ELP – SERVIÇOS DE ÉLIO JOAQUIM CAMPOS AMORIM, o lote 2 e à firma YELLOWFRESH, LDA o lote 3 – a prestação de serviços de leitura, corte e substituição de contadores de água, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A. - aquisição de refeições escolares para as Escolas Básicas do 1.º ciclo de Bairro e Lousado, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- TEOREMA SOBREPOSTO – Sistemas de Informação, Unipessoal. Lda - prestação de serviços corretivo/evolutivo e apoio técnico à desagregação da plataforma informática de SIG-Portal Geográfico, no decurso do período de 1 ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A – fornecimento de materiais em betão, destinados à realização de trabalhos a efetuar na rede de saneamento, bem como outras obras municipais que careçam dos referidos materiais, em regime de fornecimento contínuo,

no decurso do período de 1 ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- RIBEIRO DA SILVA & C^a, Lda - prestação de serviços de destruição de ninhos de vespas velutinas, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- AÇOREANA SEGUROS, S.A. - fornecimento dos serviços de seguros de acidentes pessoais Bombeiros (lote 1) e de acidentes de trabalho CEI e CEI+ (lote 2), pelos períodos de 1 ano e 10 meses, respetivamente, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- Informou que deu entrada na mesa nove documentos de diversa natureza, sendo duas propostas de recomendação e uma moção da CDU, uma proposta, um voto de congratulação e um voto de protesto do PS, dois votos de congratulação do PSD e um voto de congratulação do CDS-PP. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor: -----

---“ Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, a CDU: -----

--- 1 – Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas. -----

--- 2 – Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais. -----

--- 3 – Considera que o Estado português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação. -----

--- 4 – Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano. -----

--- 5 - Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos. -----

--- 6 – Recomenda à Câmara Municipal de V. N. de Famalicão que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – fez a leitura de um voto de protesto que é do seguinte teor: -----

--- “ Depois de quarenta anos de progresso em democracia, atravessando governos de todos os partidos políticos, Famalicão está agora a andar visivelmente para trás em consequência das políticas deste governo. Sem dúvida, o pior Governo da democracia para Famalicão! ----

--- Os Famalicenses, como a generalidade dos Portugueses, têm pago um preço elevado pelas políticas do governo PSD/CDS: diminuição do rendimento das famílias, enorme agravamento de impostos, desemprego, emigração. Contudo, este Governo PSD/CDS tem sido particularmente gravoso para Famalicão e para os Famalicenses e, num só mandato, tomou três medidas que prejudicaram, gravemente, os Famalicenses: a desqualificação do

Tribunal Judicial, o encerramento de 2 extensões de saúde e a liquidação do Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA). -----

--- O Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão, com um edifício novo dispondo de excelentes condições para todos os agentes judiciais e com um volume de processos que o coloca entre os mais movimentados do Norte, mereceu, há dois anos, uma despromoção no nível das suas competências. Grande parte do volume de processos judiciais cíveis foram transferidos para Guimarães, obrigando as empresas e os munícipes a deslocar-se que não faziam, a suportar despesas que não tinham e a perdas de tempo que não conheciam. E por muitos exercícios de pura demagogia que possam ocorrer não nos podemos esquecer quem foram os culpados por esta medida injusta e infundada, que custou muito a todos os famalicenses. -----

--- O encerramento das extensões de saúde de Louro e Arnoso e a indiferença perante o declínio de várias extensões de saúde, como de Fradelos, foram o primeiro e importante passo para iniciar o processo de degradação dos cuidados de saúde primários, eliminando a proximidade e dificultando o acesso a muitos milhares de Famalicenses sem médico de família. -----

--- Este Governo ficará na história de Famalicão por ser aquele que fecha centros de saúde, em vez de os criar. Que priva o acesso à saúde, em vez de a potenciar, deixando milhares de famalicenses desprovidos de médico de família. Que se predispôs a redefinir a rede de cuidados de saúde no concelho mas, antes de iniciar o estudo, encerrou, sem qualquer justificação ou estudo, duas extensões de saúde. -----

--- Como se tudo isto não bastasse, no passado dia 11 de Setembro, dia que ficará gravado na história de Vila Nova de Famalicão como um dia negro, a data de um grave retrocesso nas condições de vida dos Famalicenses, decidido a menos de um mês de eleições legislativas pelo governo PSD/CDS, o governo consumou formalmente a liquidação do Centro Hospitalar do Médio Ave. -----

--- O Ministério da Saúde não teve relutância em desfazer um dos mais importantes fatores de progresso do nosso concelho sem, para isso, ter tido o cuidado de, pelo menos, apresentar uma razão, uma justificação, absolutamente nada, numa atitude ditatorial que não dispensou um mínimo de atenção aos principais interessados, os Famalicenses. -----

--- Com este Governo degradou-se, de forma exponencial, a rede de cuidados de saúde primários no concelho. Houve um desinvestimento gritante nas Extensões de Saúde; ao invés de se criarem novas unidades, de se reorganizar a rede, encerraram-se extensões de saúde. Em vez de se potenciar o Centro Hospitalar, decidiu-se, sem uma justificação, um fundamento, destruí-lo. Nunca houve um governo em democracia que tivesse feito tanto mal a Famalicão e aos Famalicense como este governo PSD/CDS! -----

--- Ao longo dos últimos quarenta anos Famalicão habituou-se ao progresso. Pela primeira vez, com este governo, passou a conhecer um significativo retrocesso, ainda para mais em áreas tão sensíveis como a Justiça e a Saúde.-----

---Não pode haver nenhum famalicense que fique indiferente e seja conivente com todas estas medidas. Todos temos a obrigação e o dever de defender e colocar Famalicão e os Famalicense em primeiro lugar e acima de tudo. Essa tem de ser a nossa prioridade -----

--- Os Famalicense não merecem o que lhes está a ser feito.-----

--- Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do PS vem deste modo apresentar um voto de protesto pela ação do governo PSD/PP que tantos danos tem provocado a Famalicão e aos Famalicense e que demonstrou ser, sem dúvida, o pior Governo da democracia para Famalicão!”-----

--- Fez a leitura de uma proposta que é do seguinte teor: -----

--- “No passado dia 11 de setembro formalizou-se a dissolução do Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE CHMA).-----

--- Tal facto significa que a partir dessa data se iniciaram oficialmente os procedimentos de separação da atividade dos hospitais de Vila Nova de Famalicão e de Santo Tirso, sendo este entregue à Misericórdia local.-----

--- A dissolução estava anunciada e foi frequentes vezes discutida nesta Assembleia, pelo que não constituiu surpresa.-----

--- O que constituiu surpresa, apesar de tudo, foi a forma como o processo se desenrolou: sem audição de ninguém, sem aparente preocupação da coligação PSD/CDS, sem uma palavra do Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Ninguém esperaria termos chegado a este ponto sem ter sido preparada uma alternativa.

Todos sabemos que o Hospital de Via Nova de Famalicão, sozinho, não integrado num Centro Hospitalar, não conseguirá manter o nível dos serviços que atualmente presta à população. O Hospital, perdendo metade da população que servia, perderá importância, competências, meios.-----

--- Um serviço público deste valor para os Famalicenseiros tem de ser defendido e tudo devemos fazer para procurar soluções que assegurem a manutenção de cuidados de saúde hospitalares diferenciados no nosso concelho. -----

--- Famalicão não será “bom para viver” se tal não acontecer. -----

--- Face ao exposto e à indiscutível importância municipal deste assunto, propomos: -----

--- Que a Assembleia Municipal delibere constituir uma Comissão Eventual, constituída por 9, elementos de cada um dos partidos políticos representados na Assembleia, para recolher informação, acompanhar a evolução e propor medidas com o objetivo de assegurar uma alternativa que permita que o Hospital de Vila Nova de Famalicão continue a manter o mesmo (ou superior) nível de diferenciação, nomeadamente a manutenção da Urgência Médico-Cirúrgica e de todos os serviços da Saúde Materna e da Criança. -----

--- Que a Comissão Eventual inicie logo que possível as suas funções, informe a Assembleia Municipal com regularidade e produza um relatório circunstanciado sobre o processo para apresentar na próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal.”-----

--- Fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “No estudo “Avaliação do desempenho dos Hospitais Públicos (Internamento) em Portugal Continental – 2014” agora divulgado, o Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA) é designado 4º classificado a nível nacional no item de “Doenças Ginecológicas e Obstétricas: Desempenho Global em 2014”. -----

--- Apesar de os resultados deste “ranking” merecerem algumas reservas da comunidade dos profissionais de saúde, o facto de o estudo se realizar já há alguns anos e de, pela primeira vez, aparecer o CHMA em 4º lugar numa das “especialidades” avaliadas, não deixa de ser significativo da evolução que o CHMA tem registado nesta área tão importante dos cuidados de saúde hospitalares. -----

--- Por isso, não podemos deixar de nos congratularmos com este resultado e de exprimir publicamente o nosso reconhecimento pelo excelente trabalho que os profissionais de saúde

do CHMA, em particular os da especialidade distinguida, vêm desenvolvendo num contexto de tantas dificuldades e incertezas.-----

--- A prestação de cuidados na especialidade de “Obstetrícia/Ginecologia” é feita no Hospital de Vila Nova de Famalicão, servindo, até ao final do corrente ano, as populações de Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão. -----

--- Esse resultado, para além de medida de sucesso, constitui também um importante desafio para os responsáveis políticos na medida em que a drástica redução da área de influência do CHMA constituirá, se não for entretanto concretizada uma alternativa, um constrangimento muito importante à atividade desenvolvida na área da saúde materna, dada a incerteza da continuação da maternidade.-----

--- Face ao exposto, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere: -----

--- Aprovar um voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo Serviço de Obstetrícia/Ginecologia na avaliação do desempenho dos hospitais públicos referida; -----

--- Dar conhecimento do presente voto aos profissionais do Centro Hospitalar do Médio Ave e, em particular, aos profissionais do Serviço de Obstetrícia/Ginecologia.” -----

--- **CANDIDA VELOSO (PSD)** - fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “O Grupo Municipal do PSD congratula-se com o processo de abertura do presente ano letivo, que decorreu com absoluta normalidade. -----

--- Toda a comunidade educativa não escondeu o agrado pela colocação atempada dos professores, das assistentes operacionais e por todo o trabalho realizado em prol de todos os alunos do nosso concelho e das suas famílias.-----

--- Todos se sentiram empenhados neste processo educativo, incluindo as direções de escola, professores, alunos, associações de pais, funcionários, autarquia, entre outros. Algumas palavras-chave que sobressaíram de várias opiniões de agentes educativos, foram: satisfação, ganhos, normalidade, tranquilidade, sucesso. -----

--- É, por isso, importante reconhecer o esforço e a dedicação de todos, no modo como decorreu o início deste ano letivo e que muito nos apraz, principalmente, porque é um indicador positivo para o percurso formativo dos nossos alunos e para as nossas escolas,

face ao desenvolvimento do processo de mudança de paradigma educacional que está em curso no nosso concelho, referente à descentralização de competências do Ministério da Educação – o Programa Aproximar. -----

--- O Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação deste voto nesta Assembleia Municipal porque entende que não é possível ficar indiferente a todo este processo, levado a cabo por todos os profissionais envolvidos, alunos, famílias e autarquia no normal arranque deste ano letivo.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “Há temas que pela sua violência, incompreensão e injustiça apertam-nos o coração e libertam em nós aquela solidariedade muitas vezes adormecida. -----

--- Nesses momentos sentimos necessidade de ir fundo na nossa humanidade e de tudo dar ou fazer a fim de amenizarmos essa violência, essas incompreensões, essas injustiças. -----

--- Quem precisa de ser ajudado não quer, nem lhe é favorável, a mera caridade. A caridade aconchega o coração mas não resolve, nem ajuda a resolver o problema. -----

---A caridade deve servir somente de ignição a um conjunto de ações cerebradamente delineadas e implementadas com vista a que seja minimizada numa primeira fase a dor mas garantindo que esta dor não volta quando aquela investida solidária esmorecer. -----

--- Trata-se pois não só de receber bem como de criar as condições para que esse ser humano seja integrado e passe a ter acesso a todos os instrumentos com vista a viver uma vida dentro da normalidade a que tem direito. -----

--- É isso que procuram os refugiados que hoje chegam em massa à Europa. -----

--- Portugal, parte integrante da Europa não pode olhar para o lado, não pode nem deve negar-se a ajudar até porque conhece bem a palavra solidariedade. -----

--- O Grupo Municipal do PSD, secundado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, apresentam este VOTO DE CONGRATULAÇÃO pela posição assumida por todas as entidades que pertencem à Rede Social de Vila Nova de Famalicão ao se disponibilizarem para serem parte da solução de integração e apoio dos refugiados que vierem a ser recebidos pelo nosso País.-----

--- A proposta da Câmara Municipal foi naturalmente bem recebida pelas parceiras pelo que mais uma vez ficou patenteada a força, o saber fazer e a responsabilidade social deste Concelho de Vila Nova de Famalicão e das suas gentes. -----

--- Congratulámo-nos por terem sabido contrariar o voluntarismo balofo e a caridade inconsequente e terem aberto as portas para uma solidariedade responsável. -----

--- Que sirva esta atitude de exemplo para corrigir muitas situações de solidariedade que se vão fazendo dentro de portas mas que não criam qualidade de vida e que só aumentam a precariedade social, assimetrias e injustiças. -----

--- Os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, propõem:-----

--- 1.- Que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão aprove um VOTO DE CONGRATULAÇÃO dirigido a todas as parceiras da REDE SOCIAL deste concelho pela forma responsável como souberam lidar com o flagelo dos refugiados. -----

--- 2.- Que seja transmitido ao Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social o presente voto que representa o sentir e o saber bem-fazer das gentes de Vila Nova de Famalicão.” -----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

---“Considerando que,-----

--- O famalicense Jorge Bruno Azevedo Ferreira, de 32 anos, nascido a 8 de janeiro de 1983 iniciou a sua formação desportiva no Famalicense Atlético Clube aos 8 anos de idade, clube que representou enquanto praticante da modalidade de hóquei patins durante mais de 10 anos. Tendo também iniciado a sua carreira de treinador de hóquei patins no clube famalicense, que representou entre 2006 e 2010. -----

--- Alcançou na época 2014/2015, ao serviço do FC do Porto, clube que agora representa, o Título de Campeão Nacional de Hóquei Patins pelos Infantis. -----

--- O Grupo Municipal do CDS-PP de Vila Nova de Famalicão vem propor que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Congratulação pelo feito deste Famalicense. -----

--- 2. Dar conhecimento do mesmo ao próprio, à equipa que representa e à Comunicação Social.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“Gostaríamos de fazer uma referência a este voto de congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata, relativamente à reabertura do ano escolar, no âmbito da municipalização do ensino, uma vez que, a nosso ver, há aqui muitas questões que ainda estão em aberto e que preocupam e muito os professores. -----

--- Como certamente sabem, os professores, ao contrário do que foi aqui afirmado, não foram ouvidos neste processo, quem foi ouvido foram alguns e muito poucos professores, designadamente da responsabilidade ou dos responsáveis das escolas. -----

--- E, também neste âmbito, lembrar que ainda se encontra pendente um processo sobre o qual ainda não há qualquer tipo de decisão e isto é preocupante naturalmente para o mundo de quem trabalha no campo da educação. -----

--- Nós, CDU, pensamos e iremos apresentar uma proposta na Assembleia da República para a inversão de todo este processo, ficam desde já a saber que é nosso propósito a seguir às eleições o fazer, e pensamos também que muitas questões que estão relacionadas, como por exemplo, o ranking das escolas, tudo isso tem esta preocupação subjacente, que é o facto de as escolas não virem a aceitar determinados alunos, isto está pendente, é uma espécie de garrote, não aceitarem determinados alunos para conseguirem estar no ranking do melhor ensino. Ora, há situações diversas de alunos cujas dificuldades na aprendizagem de alguma forma os obriga, ou lhe é proposto a transferência de escola em virtude de melhores condições, de melhor aprendizagem, e muitas das vezes a escola para onde ele quer ser transferido não o aceita, não irá aceitar, exatamente porque o ranking é algo que está em primeiro lugar para essas escolas. Portanto, o receio é justo que também aqui em Famalicão em algumas escolas isto venha a acontecer neste processo que pensamos, e oxalá não vá por diante ao contrário da teimosia da Câmara Municipal em o fazer avançar, pensamos que estão criados um conjunto de instabilidades, quer dos professores, quer do próprio corpo de auxiliares, quer até dos encarregados de educação, e estas preocupações se neste momento não vieram ao de cima, elas muito em breve, naturalmente, vão acabar por vir ao de cima.” -

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Relativamente à proposta da CDU sobre os refugiados e os migrantes, consideramos uma falta de respeito para com as pessoas que efetivamente estão a fugir da guerra, ao

misturar migrantes com imigrantes e ao admitir que isso é um problema do capitalismo. Não é de forma nenhuma, porque se fosse, na altura da queda do muro de Berlim, as pessoas iam para outro lado e não fugiam para este. Portanto, aqui as pessoas estão muito melhor e é por isso que elas vêm para cá, porque nós deste lado temos democracia. É um drama social, é um drama acima de tudo relativamente a fanatismos religiosos, e é sobre isso que nós nos devemos preocupar e não estar aqui constantemente a atacar o regime que temos, que é um regime que nos permite e nos dá liberdade para nos exprimirmos, ao contrário de outros que bem conhecemos e que felizmente são cada vez menos no mundo. -----

--- Relativamente ao voto de protesto do PS sobre o Centro Hospitalar que mistura Centro Hospitalar, mistura Tribunais, mistura isso tudo. Relativamente aos Tribunais, já agora só dar aqui uma nota, o estudo que foi feito que justificou as alterações, foi feito no governo do PS, portanto é um voto de protesto a um estudo do governo do PS. Louva-se também a forma crítica pelos quais, mesmo dentro do mesmo partido, vocês têm uma opinião, pronto... é de louvar! -----

--- Mas, sobre o Centro Hospitalar, há que dizer algumas coisas: também no vosso governo, que foi aí que fizeram o Centro Médio Ave, nunca antes se ouviu falar de tal termo, do Médio Ave, vocês conseguiram juntar concelhos diferentes, até aí não há problema nenhum, conseguiram juntar distritos diferentes, conseguiram juntar NUTs diferentes, conseguiram juntar acima de tudo realidades sociais e socioeconómicas diferentes. Nesta altura o que se está a propor e, além disso, já nessa altura o Hospital de Santo Tirso, já nessa altura estava previsto que passasse para uma Misericórdia. Nesta altura, sim senhor, as coisas vão passar para uma Misericórdia, o processo aliás ainda está em aberto, portanto até Dezembro ainda muita água há de passar debaixo da ponte do Rio Ave que nos separa em tantas coisas. Mas há uma coisa que deveremos manter e ter a certeza, neste executivo sempre tivemos o compromisso de apoiar o Centro Hospitalar de Famalicão, sempre tivemos o compromisso que se irá manter todas as valências, e no fundo o que é que o Hospital continua aberto, o que está agora em causa é meramente uma alteração administrativa que vai corrigir um erro que foi feito previamente quando juntou estas realidades todas, e no fundo temos a certeza que a Câmara Municipal está disponível para apoiar o Governo na manutenção das valências e também, se for preciso, no apoio necessário a alguma descentralização, aliás a exemplo

que foi feito já na questão da educação. Por isso, não percebemos porque é que o PS vem constantemente, é um prato que já não é novo, vem constantemente com o lobo mau do Centro Hospitalar de V. N. de Famalicão! É um Centro que está a trabalhar e está aberto às pessoas, independentemente das alterações administrativas. O que as pessoas querem é serem atendidas lá e continuam a sê-lo, e vão continuar a sê-lo daqui para a frente com o Centro Hospitalar do Médio Ave ou sem Centro Hospitalar do Médio Ave.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Nota-se já algum frisson de campanha eleitoral nesta nossa Assembleia Municipal, o que é bom também, porque vivifica o nosso debate e a nossa realidade local. -----

--- O Bloco de Esquerda gostaria de se pronunciar, na minha pessoa, na minha humilde pessoa, gostaria de se pronunciar em relação aos votos apresentados, dos quais na generalidade, tirando um ou outro considerando, o qual poderíamos interpretar doutra forma, ou ter outra ideia, na generalidade, com a exceção do voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, dizia eu, na generalidade, concordamos, portanto votaremos favoravelmente as propostas apresentadas, as recomendações, moções, etc., portanto deixo para o fim a tal exceção, porque realmente este voto de autossatisfação e autocomprazimento de uma coisa que é, ou que deveria ser o banal, aquilo que deveria acontecer todos os anos, e que curiosamente este ano acontece ainda mais tarde do que aquilo que deveria acontecer, portanto, havendo por parte até do Ministério da Educação uns cuidados e uma pinças em relação ao concurso de professores que infelizmente nos anos anteriores não teve, e não é despiciendo o facto de ser um ano eleitoral, portanto um ano de eleições, portanto parece-me que é um voto balofo, vazio e até destituído de sentido.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

--- “Bom, a minha intervenção fica um pouco esvaziada na sequência das declarações do camarada do Bloco de Esquerda, do nosso colega do Bloco de Esquerda. Efetivamente, nós entendemos que assinalar o início do ano letivo que decorreu com normalidade, com um voto de congratulação e uma deliberação sobre o voto de congratulação, é um pouco, enfim, absurdo, não é! Também podemos votar um voto de congratulação porque a Assembleia Municipal de 25 de setembro, fez-se a 25 de setembro! Portanto acho que merece um voto

de congratulação. É a normalidade, quer dizer, é a coisa mais natural do mundo. Embora, eu bem compreendo que, para quem assistiu como nós assistimos todos ao arranque do ano escolar o ano passado, efetivamente atendendo a que as coisas este ano até correram bem, um voto de congratulação pode satisfazer alguns egos, mas na verdade meus caros, não passa de normalidade.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “É só para esclarecer esta posição por parte do elemento do CDS, que a nossa moção refere claramente o seguinte, e isto é um facto, é uma realidade indesmentível. Há por um lado situações de facto de refugiados fugindo à guerra, e há, naturalmente, como é da história não recente, mas já bastante do passado, da qual o povo português também teve que o fazer, e há milhares de pessoas que fogem à miséria e à pobreza e têm o direito à vida. Portanto, o que eles pensam é que a forma de sobreviverem, é fugirem à pobreza e ainda bem! Nós também já o fizemos! Tivemos imensos problemas e imensa gente que fugiu daqui à pobreza.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

---“Relativamente à moção da CDU, o grupo municipal do PSD, recusa-se com base neste assunto dos refugiados, de fazer qualquer interpretação ou qualquer leitura política que descentre a nossa atenção do real problema. Daí que, relativamente à moção da CDU e considerando os pontos 4 e 5 dessa mesma moção, estes mesmos pontos impedem- nos, se não forem retirados, impedem-nos de fazer um voto a favor.”-----

--- **JOÃO ARAÚJO (PSD)** – disse:-----

--- “O Grupo Municipal do PSD, aproveita esta oportunidade para transmitir uma mensagem de esperança e de confiança aos famalicenses. -----

--- A saúde em Famalicão está com saúde. A democracia em Famalicão existe e não existe à pancada. Lembram-se em 2006, 2007, este acordo do Centro Hospitalar do Médio Ave, um acordo de conveniência, misturaram duas substâncias, dois elementos que eram impossíveis de misturar, pelo fator demográfico, geográfico, por realidades distintas, por rácios totalmente distintos quer em população, quer em indústria, quer em qualidade de vida, em tudo! Misturaram! Isto, se me permitem a dicotomia, isto é como um atleta de alto rendimento, nunca vai para um clube em que lhe não traga e lhe relacione valor, em que lhe

relacione acréscimo! Ora bem, voltando para a realidade da política, o que aconteceu a Famalicão e ao Hospital de Famalicão, juntou-se um centro hospitalar em que não lhe trouxe mais-valia, mais acréscimo. Isto por quê? Como a administração ficou em Santo Tirso, não ficou em Famalicão, é uma realidade em que o PS tem a sua responsabilidade, mas também já nos habituamos que o PS por vezes tem lapsos de memória. -----

--- Cabe-nos a nós, ao grupo municipal do PSD, acima de tudo, depositar confiança no senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara é a voz dos famalicenses, é o n.º 1 em Famalicão. Nós acreditamos no seu trabalho, é um trabalho que faz, não à revelia, é um trabalho organizado, ponderado, sistematizado. Não é um acordo, não foi um arranjinho como em 2006, 2007, um favorecimento político! Não! Como o senhor Presidente disse e bem, isto foi um assunto que está a ser ponderado, estudado, e se calhar no futuro vamos ter boas e agradáveis surpresas. Mas acima de tudo, cabe-me a mim dizer aos famalicenses, transmitir esta mensagem, não vão desaparecer médicos, não vão sair enfermeiros. Os famalicenses podem estar tranquilos, porque vão ter uma assistência digna e merecida. -----

--- Aquilo que o PS tem neste momento e aquilo que o PS faz, é próprio de um momento eleitoral, é este momento de campanha eleitoral em que com alguma insatisfação e recordemo-nos mudaram de liderança, porque na altura a saúde do Partido Socialista não estava bem. As sondagens cresciam pouquinho, as vitórias eram pecas, e neste momento a que é que assistimos? Criaram um antibiótico que afinal não está a dar resultado! As sondagens são pecas, a vitória está longe e por isso termino dizendo, quanto mais fala o PS, menos força tem o PS.” -----

--- ***Posta à votação a moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada com quarenta e seis votos contra e dezasseis votos a favor.***-----

--- ***Posta à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, foi a mesma rejeitada com quarenta e seis votos contra, dezasseis votos a favor e uma abstenção.***-----

--- ***Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista, foi o mesmo aprovado por unanimidade.***-----

--- ***Posto à votação o voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista, foi o mesmo rejeitado com quarenta e sete votos contra e dezasseis votos a favor.***-----

--- *Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata, relativamente à abertura do presente ano letivo, foi o mesmo aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor, dois votos contra e quinze abstenções.*-----

--- *Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata, relacionado com a rede social deste concelho, foi o mesmo aprovado, por maioria, com sessenta e cinco votos a favor e uma abstenção.*-----

--- *Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.*-----

--- Terminado este período, passou-se, de imediato, ao período da:-----

-----ORDEM DO DIA-----

--- **PRIMEIRO PONTO-** *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)*-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer questão.-----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente, não podemos, neste ponto da ordem do dia, deixar de questiona-lo sobre uma matéria que nos inquieta e atenta, num dos valores essenciais que temos de preservar e garantir:-----

--- O direito à Saúde!-----

--- É que hoje, senhor Presidente, não sei se deu por isso, mas está posto em causa o direito à saúde dos famalicenses!-----

--- Tinha pensado em algumas questões para lhe colocar sobre este tema. Sentia-me na obrigação de lhe perguntar, se:-----

--- 1. Acha defensável que o Governo tenha encerrado extensões de saúde no nosso concelho, sem uma justificação, um critério, um estudo e, ainda mais, sem dialogar, e assim respeitar, o senhor Presidente da Câmara Municipal?-----

--- 2. Acha defensável que se dissolva, sem um estudo, sem uma razão, sem um motivo, um Centro Hospitalar, que tão bons resultados, tem dado?-----

--- Mas, hoje, só lhe consigo começar por perguntar:-----

--- Como pode sujeitar todos os famalicenses, porque, embora não pareça, representa, ou deveria representar, deveria ser o n.º 1, todos os famalicenses, à desfaçatez de ser o mandatário de um Governo que, em 4 anos, nos desqualifica o Tribunal, nos encerra extensões de saúde, sem lhe passar cavaco, e que dissolve um Centro Hospitalar, sem qualquer razão ou justificação? -----

--- Como pode rebaixar-nos senhor Presidente, e como pode ser mandatário de um governo que tão mal fez aos famalicenses?” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu gostaria de deixar três questões ao senhor Presidente da Câmara: -----

--- Começaria por uma singela e transmitida por um munícipe famalicense, relativamente ao derrube de um plátano junto ao estádio municipal. Esse senhor, pelos vistos, já interpelou até a própria Câmara Municipal, tentando sondar por que é que esse plátano tinha sido derrubado, depois apercebeu-se que havia necessidade de entrada de um veículo pesado, um autocarro, mas pelos vistos cujo efeito não resultava, pelos vistos o derrube desse plátano foi inconsequente e inútil. Esta é uma singela questão. -----

--- Depois há mais duas: uma até no seguimento de uma das moções aqui aprovadas, ou uma das propostas, e é relativamente ao Conselho Local de Ação Social e da Rede Social, que tem a ver com a questão do acolhimento de refugiados. E eu gostaria, para sermos consequentes com aquilo que nós aqui acabamos de aprovar, e para a própria Câmara Municipal também nos esclarecer um pouco acerca de, em concreto, quantas famílias, ou quantas pessoas é que poderão ser acolhidas, quais são as condições habitacionais que o município dispõe, se há condições de os integrar, nomeadamente as crianças na educação, equipas de tradutores, etc., etc.. Quer dizer, há uma questão logística que passa longe de qualquer questionamento, antes pelo contrário, quer dizer, nós achamos que o município deveria fazer o máximo de esforço possível e a nossa comunidade local, nacional, deveria fazer o máximo de esforço possível para acolher estas pessoas, independentemente do seu credo, da sua cor, etc.. Portanto, eu gostaria de saber em concreto, quais são os números, se é que o município já dispõe de números, é porque isto é de imediato, não é senhor Presidente? Isto coloca-se, quer dizer, foram atribuídos ao nosso país um número de

refugiados, cerca de quatro mil e quinhentos, se nós estamos dispostos a colaborar neste acolhimento, temos de ter números, não podemos ter só boa vontade, ou uma leve intenção de acolhimento. -----

---E depois há outra questão que me suscitou algum engulho através, pelo que eu me apercebi, da comunicação social, que tem a ver com o fórum económico da Europa África. Ainda há pouco o senhor deputado do CDS, invocava que felizmente somos um país democrático, de expressão livre, e eu, sinceramente, daquilo que colhi da imprensa local, não vi nenhuma referência, nenhum levantamento, nenhum questionamento público, eu quero crer, que no vosso íntimo, certamente alguma angústia vos passou quando cumprimentaram naqueles salamaleques, naqueles protocolos que estabeleceram com esses representantes, eu sei que são entidades privadas, quer dizer, um é o município, um acaba por ser o presidente do município de Viana, curiosamente, mas não vos questionou esta questão dos direitos humanos em Angola, da liberdade de expressão, de haver presos políticos, eu acho que o município de Famalicão não pode deixar de publicamente manifestar-se, e há uma senhora Presidente de Junta, salvo erro, de Riba de Ave, que não gosta desta expressão, de almoços grátis, eu sei que a ética não paga almoços, é óbvio, perdoem-me o humor, o senhor Presidente da Câmara vive um pouco aquilo que o senhor Presidente do CDS-PP anda a fazer um pouco, é o Oliveira da Figueira, mas de dimensão local, portanto também é um agente de negócio, um agente de empreendedorismo, de recursos, de emprego, etc., etc.. Louvável todo esse esforço, nada contra, mas há questões de princípio e que, neste caso, o Bloco de Esquerda, deixaram-nos com algum ressentimento até, por não nos lembrarmos disto, quer dizer, eu sei que não será muita gente no sentido do preso político, mas neste momento há 15 jovens angolanos que estão presos por se expressarem, pura e simplesmente por manifestarem ideias políticas que vão contra o regime dominante. Há um condenado já, só por..., à partida, segundo os senhores, segundo a justiça local, distribuir folhetos e eventualmente, e isso nem sequer é facto provado, mas a justiça apesar de tudo invocou, eventualmente ter explosivos em casa. Eu penso que esta questão não pode ficar silenciada, mesmo que seja na nossa pequenez de um município famalicense, eu acho que devia ser realmente o governo da nação a tomar medidas vincadas e concretas, independentemente das boas relações que devemos ter com todos os palops etc.. Há aqui

nitidamente que clarificar, que separar águas, manifestar que há valores que para nós não são negociáveis. Quase todos nós vivemos um cristianismo difuso que tanto nos leva a acolher refugiados seja lá qual for o seu credo, como ir com subvenção do município ao Santuário de Fátima. Eu penso que este nosso cristianismo difuso, deveria também neste momento, levar-nos a manifestar uma voz pública do município, de que não podemos compactuar com esta existência de presos políticos no regime angolano e a inexistência de liberdade política e liberdade de expressão. -----

--- Ainda há aqui outra questão, já agora, porque remeteu para o longo volume de informações da Câmara Municipal, porque realmente desenvolve muita atividade, mas houve aqui uma que me deixou também alguma perplexidade, que é no ponto da solidariedade social, a atribuição nomeadamente de três dotações de participações na requalificação de uma capela e de dois adros. Quer dizer, este ponto da solidariedade social na requalificação de capelas e adros sociais, não é que eu seja um anticlerical e um anticatólico primário, mas parece-me que isto não será solidariedade social, não é!” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

---“Duas perguntas, duas questões na sequência de algumas informações que têm sido veiculadas nos diversos meios de comunicação social e redes sociais. -----

--- Uma questão relativamente à geminação entre Vila Nova de Famalicão e o município de Viana, da província de Luanda em Angola, queria que o senhor Presidente tivesse a gentileza de explicar aqui à Assembleia, que objetivos é que estão subjacentes a esta parceria, que passos é que já foram dados, em que ponto é que nos encontramos, o que é que falta para concluir e que vantagens expectáveis para as partes devemos aguardar? -----

--- Uma segunda questão, também ligada, enfim, a uma notícia veiculada pela imprensa, desta vez pela imprensa nacional, um facto singular que chamou a atenção de muitos de nós, ao que parece uma comitiva eleitoral da coligação PAF, terá visitado uma empresa aqui do município, e eis que a empresa veio com um comunicado para as redações dos jornais, procurar demarcar-se da iniciativa eleitoral, dizendo que entendia que era uma visita meramente informal a pedido da autarquia, eu sublinho, a pedido da autarquia, e que de forma alguma se queria associar, em síntese, de forma alguma se queria associar a campanhas eleitorais. -----

--- Ora, esta atuação da Câmara traduz um comportamento absolutamente inqualificável e viola as regras mais básicas do jogo democrático e deve ofender qualquer democrata digno desse nome. Portanto, senhor Presidente, a minha questão é, quando é que acaba com esta promiscuidade, com este uso e abuso da autarquia que procura agora beneficiar forças políticas, naturalmente a que o suporta e à qual pertence, em detrimento das restantes?” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente de Câmara, relativamente a este ponto, gostaríamos de ser esclarecidos sobre o seguinte:-----

--- A páginas seis da informação, são referidos encontros com movimento associativo. Em que medida é que de facto deste encontro resultou algo relacionado com os problemas detetados, enfim, como é que está o movimento associativo em Famalicão, designadamente no conjunto destas associações que aqui elencou?-----

--- A páginas quinze, versus e dezasseis, são referidos os processos judiciais que a Câmara entretanto terá aprovado, não são referidas aqui as verbas quer no que diz respeito à indemnização, quer no que diz respeito à transação e, portanto, com a exceção creio que aqui de um caso, de qualquer forma, se fosse possível adiantar as mesmas verbas que foram objeto nestes processos de eventual acordo de transação, ou indemnização num caso, gostaríamos de ser esclarecidos sobre o mesmo. -----

--- Um pouco mais à frente, já a páginas vinte e oito, nestas visitas às empresas, a COINDU, nós temos uma informação preocupante, esta informação não é de hoje, gostaríamos, se porventura o senhor Presidente se apercebeu, ou se de alguma forma teve alguma possibilidade de contacto com gente, com trabalhadores que estão muito precários e que trabalham sem serem remunerados, apesar de o fazerem, enfim, bastantes horas sem serem remunerados acima da hora normal. Nós temos uma informação que vai ao encontro da via de trabalhadores que estão neste sentido, muitos precários e outros que trabalham sem serem remunerados no que diz respeito a um conjunto de horas e, portanto, nesta visita que fez, gostaríamos de ser informados se detetou algo nesse sentido? -----

--- Depois, a páginas trinta e verso, na cooperação com as instituições e agentes locais da área da educação, são referidas aqui algumas verbas que lhe foram atribuídas a alguns agrupamentos de escola, mas de alguma forma estranhámos o seguinte: relativamente às

escolas públicas as verbas são mais ou menos similares, dez mil, nove mil, e estranhamos que, por exemplo, no caso da Didáxis que a verba é substancialmente elevada, pensamos, portanto, que há aqui algo estranho, porque se a pública, enfim, nos deve conferir mais atenção, até porque ela deve e faz esforços muito maiores e não tem em conta o lucro ou coisa no género, já a privada, a nosso ver, tem fontes de receita substanciais que podem suportar muitos dos gastos e não necessitarão, a nosso ver, de uma elevada verba como aqui foi atribuída. -----

--- Quanto à página seguinte, nós já não é a primeira vez que o fazemos, creio que até será a segunda vez, naturalmente que reconhecemos e pensamos que é muito importante dar continuidade a este processo de apoio aos transportes escolares, aos livros escolares e inclusivamente às refeições escolares para todos como é apanágio e que é nosso princípio e defendemos naturalmente o princípio de que isto deve continuar, que este apoio deve continuar às crianças que estão nas escolas. -----

--- Finalmente, penso que é de mau tom vir-se aqui de alguma forma quando se está num processo de cooperação com um país que é Angola, querer-se aqui assim, colocar ou querer tirar nabos da púcara, querer aqui, enfim, fazer um papel de ratazana, quando o que está aqui em causa, a nosso ver, é o estreitar de laços de cooperação e amizade com um país que, enfim, não é um país qualquer! Angola é um país onde nós naturalmente tivemos uma importância muito grande no que diz respeito à criação das condições para a sua independência, a solidariedade que tivemos para com a independência de Angola, foi manifestada em devido tempo e continuamos, naturalmente. E, portanto, temos que respeitar os princípios que nos devem nortear que é a não ingerência em assuntos internos dum país, porque senão, se fôssemos por essa via, enfim, muito haveria a dizer em relação ao nosso próprio país e a países com quem nós cooperamos estreitamente. Portanto, achamos que neste processo, enfim, não queríamos que fosse de alguma forma aqui ferido esse procedimento e penso que neste momento foi infeliz quem cá veio, enfim, querer tirar daqui assim algum proveito político, contra o qual nós não estamos naturalmente de acordo. Naturalmente, estamos contra esta posição do Bloco de Esquerda.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Eu começarei pelas últimas questões que foram colocadas. -----

--- Senhor deputado Domingos Costa, eu penso que não ouvi a primeira questão que me colocou, depois se tiver a oportunidade de a repetir... -----

--- Quanto às questões relativamente a folhas dezasseis, esses processos, a informação que resulta do documento entregue que corresponde à deliberação do órgão Câmara Municipal, esses processos virão à Assembleia Municipal, penso que na próxima reunião e eu relegaria para esse momento maiores esclarecimentos sobre os mesmos. -----

--- Quanto à visita à COINDU, à semelhança do que acontece com as outras empresas que visitamos, nós visitamos a empresa no seu todo, contactamos com empresários, com trabalhadores, muitas vezes com clientes, fornecedores, com toda a comunidade que vive naquela empresa e não detetamos situações que sejam dignas de qualquer tipo de relevo, embora não nos compita saber se de facto existem problemas, nomeadamente como aqueles que aqui trouxe. -----

--- Quanto à questão da folhas trinta, senhor deputado eu penso que o esclarecimento está lá, mas eu vou referi-lo. Há um protocolo entre a Câmara Municipal e a Didáxis de Riba de Ave, que tem a ver com o facto de a Didáxis de Riba de Ave estar a disponibilizar espaço para que o terceiro e quarto ano da EB1 de Riba de Ave sejam lecionados na Didáxis de Riba de Ave. Portanto, esse valor tem a ver com essas questões em concreto, nada tem a ver com as outras escolas. É com o serviço em concreto, que a Didáxis de Riba de Ave presta ao município e pelo qual não é que seja remunerada, mas é compensada porque há espaço de salas, há limpeza, há um conjunto de despesas que estão associadas a isso e essa é a razão do pagamento daquele montante que é um valor fixo que corresponde àquilo que está contratualizado e que é pago salvo erro por trimestre. -----

--- Penso que há uma quarta questão, mas eu confesso que não ouvi. -----

--- Senhor deputado, Vitor Pereira, sobre a questão da geminação com Viana, que vai um pouco de encontro à questão que também foi colocada pelo senhor deputado Paulo Costa, nós estamos a fazer uma aproximação ao município de Viana que resulta muito mais do que uma sensibilidade da Câmara Municipal, de uma perceção que temos da atividade que as empresas famalicensenses e muitos empresários famalicensenses têm realizado em Angola e muito concretamente naquela região. Como penso que sabem, Viana é um município próximo de Luanda, que ficará mais próximo do que Luanda do novo aeroporto, tem uma forte

concentração empresarial, e muitas empresas e muitos colaboradores famalicenseiros tem aí o local onde profissionalmente se realizam. Sentimos que era o município em Angola com o qual tínhamos mais afinidade e relativamente ao qual existiria mais interesse de estreitar laços. E é a estreitar laços que nós queremos com o protocolo de geminação. É bom notar que não temos nenhuma relação com o Estado de Angola! A nossa relação é com o município de Viana e com a administração municipal, com a qual temos mantido contactos e estamos a desenhar aquilo que há de ser o conteúdo de um protocolo que logo que esteja concluído o ponto de vista do projeto, será levado ao conhecimento dos órgãos próprios para eventual aprovação. -----

--- O que nós pretendemos com o protocolo de geminação, à semelhança do que acontece hoje com um novo modelo de geminações, é aproveitar proximidades nomeadamente culturais, a língua, a história, o facto de termos no caso concreto de Viana muitos famalicenseiros que já aí estão enraizados, para a partir desse ponto fixo, criarmos uma plataforma mais abrangente que possa servir como argumento e elemento que ajude novos projetos portugueses e concretamente famalicenseiros, para que aí se possam sediar e por essa forma serem bem-sucedidos. -----

--- Quanto à questão da visita à empresa que o senhor deputado não citou o nome, eu devo dizer-lhe como tive ocasião de referir na altura, que eu nunca confundi, nem vou confundir senhor deputado, uma atividade de campanha com uma atividade institucional à frente do município! E digo-lhe isto com muito conforto e à vontade, porque é assim que eu tenho feito no passado, é assim que eu vou continuar a fazer no futuro. -----

--- Essa visita foi uma visita que foi pedida pela Câmara Municipal, corresponde à verdade. A empresa em causa, com base numa informação que circulou, ao que sei, num jornal *online*, ou algo parecido, viu-se na necessidade, e muito bem, de repor a verdade. E o que a empresa disse corresponde à verdade! Não mais! -----

--- E sabe, senhor deputado, tanto não consistiu numa atividade de campanha, que aquilo que eu saiba o senhor não viu, não houve nenhum jornalista, não houve nenhuma iniciativa, e também devo dizer-lhe uma coisa, a visita aconteceu, salvo erro, às dezasseis e trinta, não sei se o senhor deputado sabe, mas o turno normal cessa às dezasseis e quinze! Quando a

visita aconteceu, estavam a trabalhar meia dúzia de pessoas, não mais do que isso, que têm um prolongamento relativamente ao normal. -----

--- A visita teve como propósito conhecer a empresa, levar à empresa pessoas que a empresa tinha suscitado interesse em que lá fossem visitar a empresa, e não mais do que isso! Não houve nenhum reflexo comunicacional, não houve nenhuma bandeira, não houve nenhum relato jornalístico e, portanto, fique descansado senhor deputado, não houve nenhuma iniciativa de campanha nessa empresa. -----

--- Senhor deputado Paulo Costa, retomando as questões que me colocou. Sobre o derrube do plátano a que faz referencia, eu recebi um *email* de um cidadão, que tive a ocasião de lhe agradecer a informação que me transmitiu e a quem já respondi, que noticiou de facto a existência desse derrube. Como o senhor deputado deve saber, nós não temos ocasião de acompanhar ao momento, o que acontece nos milhões de árvores que existem no concelho. De imediato dei indicações aos serviços para que verificassem. A informação que eu tenho, é a única que eu tenho neste momento, que o ato de derrube não foi nem praticado pela Câmara Municipal, nem autorizado pela Câmara Municipal. Estamos a indagar o que terá acontecido acerca desse facto. O que estou a dizer ao senhor deputado, disse ao cidadão num *email* que lhe enviei imediatamente após à pergunta que ele me colocou. -----

--- Sobre a questão do CLAS, do Conselho Local de Ação Social, o núcleo executivo que é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, adotou uma posição que consensualizou com o CLAS acerca desta matéria. Essa decisão resultou de uma necessidade de colocar no contexto da estrutura e da rede do Conselho Local de Ação Social, esta questão muito atual e muito preocupante dos refugiados. O que o núcleo executivo decidiu, foi apresentar uma disponibilidade que deve ser colocada no contexto nacional e internacional acerca dessa matéria. Portanto, os órgãos nacionais que recentemente, penso que ainda esta semana, assumiram no contexto europeu uma disponibilidade para um contingente de refugiados que Portugal estaria disponível para receber, obviamente Famalicão está disponível para estar pronto e atento, de forma a que também Famalicão contribua para essa questão. Devo dizer-lhe que me têm chegado muitas disponibilidades, não só de instituições sociais, como de cidadãos e empresas, para que junto da rede concelhia se articulem meios, concedendo eles também esses mesmos meios

para ajudar. Não temos nenhum número senhor deputado, nem podemos ter, é uma questão que agora vai ser tratada a nível nacional. O município de Famalicão não vai criar nenhum tipo de *plafond* a esse nível, não seria correto fazê-lo. Há aqui um sentimento de pertença a um todo, não há uma lógica aritmética, nós não vamos assumir uma percentagem em função da população, nem em função da área do concelho, nem em função do peso no PIB nacional, vamos assumir uma disponibilidade para contribuir para uma solução que queremos que seja nacional.-----

--- Sobre a questão das atividades com os apoios a intervenções, penso que duma capela e dois adros de igreja o facto de o situarmos no contexto da solidariedade social. É de facto uma atividade cujo enquadramento nós achamos ser o mais adequado, porque entendemos que essas intervenções, são intervenções que beneficiam também do ponto de vista social essas comunidades, criando condições ao nível dos centros cívicos e de acolhimento. Não há aqui qualquer tipo de questão confessional subjacente a esta matéria, o próprio senhor deputado também acabou por o referir, mas entendemos que esse é o enquadramento acertado. -----

--- Senhor deputado Hugo Sampaio, do Partido Socialista, sobre as questões da saúde, eu devo dizer-lhe o seguinte: eu nunca me refugiei nesta matéria atrás de uma referência simples de que isto não é nada com a Câmara Municipal, pelo contrário. Referem a participação do Presidente da Câmara Municipal nesta matéria por ação e não por omissão, mas nem todos os meios são justificados pelos fins, senhor deputado! É um tema demasiado sério que eu entendo que deve ser colocado no sítio e no enquadramento próprio. A única garantia que eu posso deixar a este órgão, como tenho feito aos famalicenses e não só, é que estou a fazer tudo que está ao alcance de um Presidente de Câmara, para que o problema seja bem resolvido, sem alarmismo e sem pôr em causa o sucesso que queremos para esta situação.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu penso que para sermos sérios, o município ou o Presidente do município como Presidente do núcleo executivo do Conselho Local de Ação Social, deverá pelo menos trabalhar com balizas, não é com números entre o “x’s” e os “y’s”, e esses números devem ser relativamente aproximados daquilo que as instituições, as empresas, os privados,

poderão disponibilizar. Portanto eu penso que para sermos sérios, deveríamos ter esse intervalo mais ou menos balizado. -----

--- Outra questão que me levou aqui a intervir, e é aquilo que às vezes nos distingue doutras esquerdas, nomeadamente da CDU, é que o senhor deputado com alguma ironia, já vai ver aqui alguma picardia, mas não há...quer dizer, eu sei, pronto, porque todos nós como humanos teremos as nossas simpatias, as nossas cumplicidades, os nossos fervores, só que eu acho que em questões de princípio há cedências que não poderão existir e o caso do regime angolano, por muita simpatia que a CDU possa ter pelo MPLA e pelos governantes angolanos, e nós como comunidade política, como comunidade orgânica politicamente instituída, não poderemos ficar indiferentes e não poderemos deixar de manifestar, mesmo que haja famalicense a trabalhar no município à volta do município de Viana, e essa Viana que está a uns milhares de quilómetros daqui não é esta aqui próxima de nós, mesmo que haja vantagens para as empresas, eu penso que, e quero vincar isto, há questões de princípio, questões básicas de ética de relacionamento que não podemos ceder e é escusado estar eu aqui a enumerar todas as contradições, todas as mazelas que o regime angolano padece, por muito vantajosa que seja o estabelecimento de relações económicas com esse regime.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Eu venho cá, senhor Presidente de Câmara, acima de tudo fazer um apelo a V.a Exa: já vimos que V.a Exa já reconheceu que existem problemas na saúde em Famalicão, a própria maioria que o suporta e apoia, também reconheceu que existe esse problema, e pediu a maioria no período de antes da ordem do dia para que a gente pudesse confiar em V.a Exa. E nós queremos confiar como os famalicense, temos é alguns problemas, algumas reticências, por quê? Porque confiamos e fecharam duas extensões de saúde! Confiamos e dissolveram o Centro Hospitalar! Os cardiologistas têm saído do Hospital de Famalicão! Mas é importante que se inverta exatamente o sentido da saúde, porque a própria coligação, os próprios partidos que o suportam, votaram favoravelmente o voto de congratulação que diz no texto e passo a citar: “um constrangimento muito importante à atividade desenvolvida na área da saúde materna, dada a incerteza da continuação da maternidade.”. A própria coligação que o apoia e suporta, tem sérias dúvidas relativamente à continuidade da maternidade. Portanto, o que está acima de tudo é a saúde para os famalicense. Portanto, eu

faço o voto como o iniciei, acabo fazendo um apelo a V.a Exa, que faça tudo que esteja ao seu alcance, para que realmente o sentido da saúde em Famalicão seja invertido e que os famalicenses não possam pagar no futuro um preço muito alto.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

---“Senhor Presidente, eu ouvi-o com muita atenção, no entanto a verdade é que estava na agenda das ações de campanha da coligação PAF, a visita à dita empresa! Tanto assim foi, que a empresa sentiu necessidade de mandar um comunicado esclarecendo a situação às respetivas redações dos jornais nacionais! E portanto, se não é a autarquia que favorece a coligação, então é a coligação que se aproveita da autarquia! O que é certo, é que estamos sempre perante uma situação de promiscuidade inadmissível, quer ela seja promovida pela autarquia que apoia o partido, quer ela seja aproveitada pelo partido a que o senhor Presidente preside!” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Paulo Pinto, eu acho que acabou de fazer aqui uma grande deslealdade parlamentar! Perdoe-me dizer-lhe isto, mas eu vou-lhe explicar porquê:-----

--- Como sabe, nós votamos favoravelmente o voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista relativamente à questão do Hospital de V. N. de Famalicão, alicerçado apenas e tão só, como deve calcular, pela conclusão do mesmo! E qual é a proposta de recomendação? “Aprovar um voto de recomendação pelos resultados obtidos pelo Serviço de Obstetrícia/Ginecologia na avaliação do desempenho dos hospitais públicos referida.” Sim senhor, não vemos como não votar favoravelmente! -----

--- Segunda nota ainda dentro deste voto de congratulação: “Dar conhecimento do presente voto aos profissionais do Centro Hospitalar do Médio Ave e, em particular, aos profissionais do Serviço de Obstetrícia/Ginecologia.”. Também não vemos como poderíamos votar contra este voto de congratulação exatamente nesta exata medida!-----

--- Eu sei que há aqui o último parágrafo que foi aquele que referiu, mas senhor deputado, se doravante fizer estas deslealdades parlamentares, devo-lhe dizer que o grupo municipal do PSD, terá necessariamente de começar a votar contra todos os votos, se eventualmente dele constar uma frase, um considerando, um facto que acharmos que tenha a relevância

necessária para pôr em causa todo o mesmo! Eu espero que de futuro compreenderá que ver-nos-emos na contingência de o fazer desta forma. -----

--- Segunda nota, há perguntas que de facto não merecem respostas, mas há perguntas que merecem reparos aos termos e ao conteúdo da própria pergunta. Eu devo dizer que foi com alguma perplexidade, que assisti a uma das questões colocadas pelo senhor deputado Hugo Sampaio, pondo em causa a legitimidade do Dr. Paulo Cunha, que também é Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, de assumir um cargo de mandatário concelhio de uma coligação eleitoral, neste caso PAF. -----

--- Senhor deputado Hugo Sampaio, quem é V.a Exa, eu repito, quem é V.a Exa, que nem falo no Partido Socialista, e vou-lhe explicar já porquê, quem é V.a Exa, para com esse sorriso, ainda por cima que não lhe fica bem, questionar a legitimidade do senhor Presidente da Câmara de desempenhar uma função que é normal em qualquer partido político? Porventura V.a Exa admitiria que questionasse a sua legitimidade em integrar uma lista? De exercer uma qualquer função dentro do seu partido? De representar a força política que integra em qualquer ato eleitoral? Senhor deputado, porventura pensou bem naquilo que acabou aqui de fazer? Mas que legitimidade tem o senhor para questionar o exercício de um direito normal numa democracia que é o de ser mandatário de uma coligação? Senhor deputado, porventura V.a Exa com esse seu raciocínio e com esse seu sorriso, certamente dirá que nenhum português, nenhum famalicense, terá legitimidade para votar na coligação PAF, que na sua opinião, que eu respeito, é divergente da minha. -----

--- Senhor deputado, eu julgo que certamente não terá pensado bem naquilo que disse. Eventualmente até poderá nem ter sido essa a sua intenção, mas a verdade é que o fez e, por isso, certamente nem dentro do Partido Socialista se revêm na sua posição! E se se revêm na sua posição, de facto eu confesso que não contava com isso!"-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Está-se mesmo a ver que isto já está a descambar um bocadinho para o outro lado. Como as sondagens não votam, nós continuamos a acreditar no povo português e continuamos a acreditar que o PSD-CDS vai apanhar uma derrota. Isso é de facto algo que nos parece ser o mais importante neste momento. Também dizer que, até mesmo pelas próprias sondagens, parece que nenhum partido vai alcançar a maioria absoluta, como se

isso fosse necessário, até porque quantos governos tivemos com maioria absoluta e que acabaram por cair antes do seu mandato próprio. E não é naturalmente com a maioria absoluta que poderá haver estabilidade! Um governo para ser estável tem que governar, enfim, por forma a ter que romper com este caminho, porque é aqui que reside o grande problema. O caminho do empobrecimento, não nos leva de fato a lado nenhum sob o ponto de vista da evolução do país, da melhoria das condições de vida, do povo e dos direitos, e do alcançar dos direitos já perdidos por muitos trabalhadores deste país. Há portanto razões para dizer que só a CDU, é que está de facto em condições, é que é verdadeiramente um movimento, uma associação que traz coligado o PCP e o PEV, é a única força política que está em condições de romper com esta política. -----

--- Mas voltando à questão que foi aqui levantada, nós pensamos que o senhor deputado Paulo Costa do Bloco de Esquerda, pode ficar tranquilo que não é nada disso! Não se trata de ali em Angola aparecer algum movimento de primavera ou coisa parecida! Não é nada disso, mas a verdade é que é somente uma tentativa, não é Paulo, é só uma tentativa de ingerência, percebi eu, um bocado envergonhada, mas terá sido um bocado a tua intervenção nesse sentido. Portanto, pensamos que aqui deve presidir, isso sim, o estreitar de relações e a geminação, pensamos que pode Famalicão daqui colher naturalmente aspetos importantes para a vida socioeconómica do país e da partilha dos conhecimentos e do investimento, sim senhor.-----

--- Adiantando senhor Presidente, queria só referir, já sei que não vai ter tempo para intervir, mas isto das grelhas, enfim, infelizmente já não é connosco, é mais um motivo para nós revermos novamente a questão das grelhas, até para outros partidos poderem intervir com tempo, mas e muito rapidamente, nós queríamos saber, ficará para outra ocasião, no movimento associativo qual teria sido o *feedback* colhido sobre a ação do próprio movimento associativo, e sem prejuízo de deixar para a próxima sessão que não será tão breve quanto isso, mas deixar apenas no ar que nas informações que nos trouxe, já que o Presidente não terá ouvido, dizer que estamos plenamente de acordo, sim senhor, com a cedência ou a faculdade que o município tem dado e continuará pelos vistos a dar no que diz respeito aos transportes escolares, às refeições escolares e aos manuais.” -----

--- **NUNO SÁ (PS)** – disse: -----

---“Embora a tentação seja grande certamente, para todos nós, até pelo nosso fervor e paixão política e partidária, estamos numa época especial, mas não quero entrar em tempos de antena. E aquilo que vou dizer, embora naturalmente na política estamos interligados aquilo que é a ação do governo e do município, eu quero centrar-me no município. -----

--- E quero dizer que o Partido Socialista, as posições relativamente à defesa do Hospital de Famalicão, em relação à defesa da escola pública, em relação à defesa dos trabalhadores e dos seus salários, em relação à defesa das pensões e das reformas dos portugueses, em relação à defesa de não cortarem subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e não agravarem o IRS dos portugueses, em relação à defesa das extensões de saúde, de não haver encerramentos como foi o caso de Arnoso ou do Louro, as minhas palavras, as palavras dos meus camaradas, foram sempre as mesmas, e o senhor Presidente da Câmara, provavelmente até infelizmente e com pouco gosto, sabe-o e muito bem, foi aqui sempre e foi sempre na Câmara Municipal e foi sempre no exercício da ação política. -----

--- E é aí que não há nenhuma novidade naquilo que foi a intervenção do meu camarada Hugo Sampaio e de outras intervenções da minha bancada! Não há nenhuma novidade! Senhor deputado Jorge Oliveira, o Partido Socialista secunda e revê-se totalmente naquilo que foi a intervenção e as palavras do senhor deputado, do meu camarada Hugo Sampaio. E deixe-me dizer-lhe que a arrogância paternalista e os falsos moralismos não ficam bem! E eu sei que o senhor deputado é inteligente, e percebeu muito bem o que é que o meu camarada Hugo Sampaio queria dizer. E não foi isso que..., eu diria sim, isso ofensivo para um democrata, o senhor deputado Hugo Sampaio, naturalmente até como socialista republicano e democrata, não quis pôr nunca em causa, nem nenhum de nós, estou certo, aqui nesta sala, direitos até cívicos, constitucionais e elementares do cidadão Dr. Paulo Cunha ser mandatário de quem muito bem entender! Não é isso que está em causa! O que está em causa é a defesa dos interesses de Famalicão, por esta Assembleia e pelo Presidente do município. E o PS já tinha percebido há muito tempo, que no passado, no presente e provavelmente no futuro, o cidadão Paulo Cunha, o mandatário da coligação PSD/CDS. Dr. Paulo Cunha, e o Presidente da Câmara Municipal Dr. Paulo Cunha, só um só, uma só pessoa, e por vezes na vida nós temos que tomar opções e, na balança dos interesses, às vezes por uns legítimos interesses, todos eles, à frente dos outros! E o que nós verificamos, é

que o mandatário do PSD e do CDS-PP, Dr. Paulo Cunha, esteve sempre à frente do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dr. Paulo Cunha! E foi essa chamada de atenção, que agora se formalizou preto no branco com a assinatura do mandatário concelhio da coligação, que o meu camarada Hugo Sampaio aqui quis chamar a atenção. Não foi isso que de forma insinuante e sobretudo arrogante e moralista que o senhor deputado Jorge Oliveira quis vir aqui trazer, que eu até sei que foi um exercício parlamentar como brilhante parlamentar que é, com toda a experiência que tem, que se calhar já está com saudades do parlamento, estamos todos nós, e desejo-lhe as maiores felicidades para a candidatura, quis vir aqui fazer! Mas não foi isso! Não foi nenhum direito que quis vir pôr aqui em causa certamente, nenhum de nós! Foi uma avaliação política, porque de facto encerram-se as extensões de saúde. E quero aqui dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, hoje aqui teve uma posição corajosa, no sentido de reconhecer e estou a citá-lo, há um problema relativamente à saúde, relativamente ao Centro Hospitalar do Médio Ave e ao Hospital de Famalicão, há um problema! Foi a expressão que o senhor Presidente da Câmara Municipal utilizou! E o que nos diz relativamente aos problemas na educação, aos problemas na saúde, aos problemas no Centro Hospitalar, aos problemas no Tribunal de Famalicão que nos diz a representante da Ordem dos Advogados em Famalicão que tem trinta e cinco mil execuções paradas, que nos diz o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, olhos nos olhos, os profissionais desta casa estão desmotivados, os cardiologistas vão-se embora, as enfermeiras não veem futuro, estamos angustiados com a incerteza no Centro Hospitalar, temos as populações de Arnoso, do Louro e muitas outras angustiadas com possíveis encerramentos das extensões de saúde, Fradelos a degradar-se, a tudo isto o senhor Presidente da Câmara Municipal nos tem dito, confiem em mim, há problemas, mas confiem em mim! -----

--- O que nós vemos, é que essa confiança não dá resultado nenhum, foi essa sim, como mandatário para as políticas desta coligação, que tanto tem prejudicado V. N. de Famalicão! E é isso que aqui queremos assinalar, lamentavelmente temos muito pouca esperança de que isto venha a mudar! A nossa única esperança, e termino como tempo de antena, é que o Partido Socialista vença as próximas eleições e as políticas mudem em Famalicão, porque da parte do senhor Presidente da Câmara não há esperança nenhuma.”-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Queria agradecer ao senhor deputado Nuno Sá, o facto de ter vindo aqui ao púlpito, para justificar a posição do seu colega de bancada, Hugo Sampaio, e dessa forma corrigir aquilo que parece ter sido um mau momento. Um mau momento que, aliás, qualquer um de nós o pode ter. -----

--- Segunda nota, para dizer que de facto, se há pessoa, não sendo único naturalmente, mas se há pessoa que tem colocado sempre os interesses do concelho, os interesses dos famalicenses, à frente dos interesses do partido que integra, essa pessoa tem um nome, chama-se Dr. Paulo Cunha. E a demonstrá-lo, está a votação que teve nas últimas eleições autárquicas, que também comprovam de facto essa sua postura e esse seu comportamento enquanto vereador que foi no anterior executivo, e que eu saiba, a única forma que nós temos de aferir da legitimidade de alguém, é pelo voto popular. Eu, de facto, e todo o restante executivo, foi aferida essa legitimidade e foi interpretada a sua conduta como a que de alguém que na verdade coloca os interesses do concelho, os interesses dos famalicenses à frente dos interesses do partido que ele próprio integra. Aliás, se fizermos, e não é preciso fazer um grande esforço de memória, certamente encontraremos muitas, mas muitas notícias na comunicação social local e regional, que demonstram o número de vezes que o senhor Presidente da Câmara se opôs a esta ou aquela medida do Governo, esta ou aquela medida que lhe mereceu a sua censura e a sua crítica. De facto é demonstrativo, esse o seu comportamento. -----

--- Quanto ao próximo dia 4 de outubro, apenas um apelo, que votem de forma consciente, livre, mas que votem.” -----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS “FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, NO VALOR DE 158.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “É uma interpelação à Câmara Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, para saber, porque a ignorância é nossa, em que é que resulta este contrato? Isto é, há serviços atualmente prestados pelo departamento de ambiente que irão ficar inativos, ou serão substituídos por este contratante, e eu gostaria de saber exatamente que serviços e que pessoas, se há esses elementos. -----

--- Depois há outra questão, quer dizer, vigorando este contrato, e é um pequeno pormenor, mas é um pormenor que ao qual também atribuímos alguma importância, que é da salvaguarda da privacidade e da intransmissibilidade dos dados que essa empresa vai dispor, não é?” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “A CDU pensa que a celebração deste contrato, enfim, há aqui alguma contradição a nosso ver, dado que na verdade, a Câmara se tem meios para que possa disponibilizar e certamente os terá, para executar este tipo de serviço, não é de todo compreensível que se celebre um contrato destes com algum privado, até porque a própria verba não comporta nada assim avultado e, portanto, achamos que não só deve executar por si própria, como se porventura não tiver esses meios, deve tomar medidas para os ter. E o que temos vindo a ouvir recentemente, é que se houver esta dificuldade, ela em parte deve estar relacionada com a saída de pessoal, quer por via do contrato de mútuo acordo para sair, quer porventura por outras formas, e de facto achamos que a Câmara tinha aqui de facto o mérito de avançar para esta obra sem necessidade de a mandar executar por outrem. Portanto, voltando a repisar este assunto, daí que é para nós de todo incompreensível este tipo de contrato que pretende celebrar com o exterior.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, há mais de vinte anos que a Câmara contrata este serviço. Nós estamos a abrir um procedimento concursal para renovar, não necessariamente com esta empresa, abrimos um procedimento concursal normal e há de haver concorrentes e há de se adjudicar àquele que for o vencedor do concurso. Repito, há mais de vinte anos! Não está em causa uma descontinuidade dum processo, está em causa uma continuidade de um processo. É um serviço onde as competências técnicas estão muito presentes e portanto

nós vamos ao mercado esperar empresas habilitadas para o prestar. Portanto, só para lhe dar esse esclarecimento. -----

--- Senhor deputado Paulo Costa, sobre a questão do serviço em concreto, como a própria proposta evidencia, trata-se de serviços de faturação, envelopagem, *software*, que é o serviço que nós queremos contratar. -----

--- Sobre a questão da privacidade, é bom notar que quer o programa de procedimento, quer o caderno de encargos, estabelecem esses requisitos e portanto está assegurada a confidencialidade, é um compromisso que a empresa assume para com o município, por forma que os dados a que tem acesso no exercício desta função, não possam ser utilizados para outra função que não seja a da função que vier a ser contratada.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS “FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, NO VALOR DE 158.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer questão. -----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** – disse: -----

--- “Por uma questão de tempo e todos os assuntos terem a ver com o *dossier* fiscal vou aproveitar esta intervenção para falar dos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos. -----

--- À semelhança de anos anteriores, por esta altura estamos a votar as taxas de IMI, IRS e DERRAMA a praticar no município de V. N. Famalicão. -----

--- Mais uma vez, e à semelhança dos anos anteriores, são apresentadas as taxas que já são praticadas por este município há alguns anos. -----

--- Mais uma vez, e à semelhança dos anos anteriores, e tal como o senhor Presidente da Câmara assumiu na ultima campanha autárquica, não houve nem haverá aumento de impostos no município de V. N. Famalicão durante o seu mandato. -----

--- Mais uma vez, este executivo, vem dar um sinal quer às empresas quer às famílias que no que depende da Câmara, podem programar as suas vidas a longo prazo. Da Câmara as pessoas já sabem o que podem esperar. -----

--- Sabem que podem contar que o dinheiro cobrado no seu IRS irá servir para apoiar as pessoas com mais dificuldades, e que permite ao Município de Famalicão ser uma referência em políticas de ação social. -----

--- Sabem que podem contar com uma derrama das mais baixas entre os concelhos vizinhos e industrializados, além do benefício concedido às empresas com um volume de negócios inferior a 150 000€. -----

--- Sabem que podem contar com uma taxa de IMI das mais baixas do país, este ano com um pequeno benefício para milhares de famílias. -----

--- Na proposta apresentada relativamente ao IMI, e dado a lei o permitir, e porque o Município de V. N. Famalicão goza das condições necessárias para poder conceder esse benefício, as famílias com 2 dependentes terão uma redução de 15% e as famílias com 3 ou mais dependentes de 20% nas taxas de IMI praticadas pelo município. -----

--- No que a esta redução diz respeito, sabemos que o município não está a contemplar as famílias que apenas tenham 1 filho. -----

--- Mas também sabemos quanto é que o Município vai perder nas suas receitas com a atribuição deste benefício às famílias e também sabemos quanto perderia se atribuísse às famílias com 1 filho. -----

--- No entanto, percebemos a decisão da Câmara, de contemplar apenas as famílias com 2 ou mais filhos. Não se trata apenas de uma questão de equilíbrio orçamental, mas mais uma vez este executivo vem provar que não toma decisões avulso. -----

--- As decisões tomadas são integradas e seguem uma política de continuidade, independentemente da natureza da decisão. -----

--- Como já disse anteriormente, o Município de V. N. Famalicão é uma referência em políticas sociais, e se repararmos, as suas políticas de apoio às famílias centram-se essencialmente a partir do segundo filho, e a prova disso é o Regulamento de Apoio às Famílias, nomeadamente com a criação do 3º escalão e o benefício concedido ao segundo filho na escola. -----

--- Aproveito, só para realçar, que esta medida reduzirá a receita em cerca de meio milhão de euros, no entanto, dado que irá ser feito de uma forma automática através da Autoridade Tributária, não irá aparecer nas contas, mas em termos reais o município está a fazer um investimento de meio milhão de euros em ação social.-----

--- Espero, senhores deputados, que quando estivermos a votar as contas apresentadas por esta Câmara, nos recordaremos que aqui com esta ação, na realidade está a haver mais um investimento em ação social.-----

--- Mais uma vez, e com estas propostas, este executivo vem provar que tem um ADN social e que trabalha para proporcionar o melhor aos seus munícipes. “ -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “O Orçamento do Estado para 2015 não trouxe a redução da sobretaxa de IRS introduzida nos anos da troika, mas vários municípios vão dar às famílias uma folga que alivia a fatura com impostos. Este ano, são 90 as autarquias que vão devolver até 5% da coleta de IRS, ao abrigo de um mecanismo previsto na Lei das Finanças Locais.-----

--- Com esta legislação, cada autarquia beneficia de uma fatia de 5% da receita do IRS cobrado pelo Estado Central junto dos contribuintes do município. Mas podem abdicar desse dinheiro, ou parte dele, a favor dos contribuintes.-----

--- Alguns municípios têm aproveitado a margem de configuração que lhes é atribuída de forma a apoiar a população do respetivo município, diminuindo a carga fiscal sobre os munícipes e funcionando simultaneamente como um fator adicional de atração e fixação de população. -----

--- O que não acontece com o Município de Famalicão!-----

--- Os famalicenses continuam a pagar o máximo de impostos em sede de IRS, canalizado para pagar a folia desta Câmara e dos seus negócios ruinosos. -----

--- Sempre que falamos em impostos municipais, em IRS, não posso deixar de pensar na sua aplicação. -----

--- E com isto lembro-me da Comissão de Festa Municipal chamada “Famalicão Concelho com Futuro”; das avenças com sociedades de advogados; do negócio dos 6 milhões da Devesa. -----

--- E por falar nos 6 milhões da Devesa, deixe-me dizer-lhe que, tendo em conta a receita arrecadada pelo município em 2014 com o IRS, serão necessários 3 anos consecutivos para pagar este buraco que a Câmara fez com o negócio ruinoso.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Quanto a esta questão do IRS, telegraficamente só gostaria de dizer o seguinte: nós acabamos por nos repetir, no meu caso pessoal, portanto já vou, salvo erro, no terceiro pronunciamento quanto à carga fiscal do IRS e para só vincar esta ideia. -----

--- O senhor Presidente há pouco falava da estabilidade de variações para cima ou para baixo. Aqui não há para cima, senhor Presidente! Porque estamos no máximo, não é? Eu sei que estava a falar do bolo global, mas estamos a falar deste ponto específico do IRS. Portanto, estamos no máximo, os famalicenses contribuem com o seu rendimento do trabalho, sejam empresários, sejam trabalhadores, porque os empresários se recebem salários, a maior parte deles provavelmente nem sequer pagam IRS, mas pronto, isto é um aparte cínico da minha parte, mas sobre o rendimento do trabalho que são os salários, este município predispõe-se a tributar o máximo. Daqui a pouco, como iremos ver e como iremos discutir e até provavelmente iremos aprovar, porque não nos questionamos individualmente muitas vezes sobre estas questões, sobre a tributação do capital, daquilo que de todo o exercício, todo um ano fiscal mais que espremido, mais que fiscalmente até muitas vezes distorcido, o capital continua a ser bafejado com uma tributação aquém do máximo. “-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “A CDU, aliás também por coerência, já o fizemos o ano passado, mas até porque nos municípios CDU, nós continuamos a pensar que esta receita é fundamental para o exercício

da atividade municipal, e naturalmente não queremos para os outros aquilo que nós já o fazemos, não queremos o contrário para os outros. Nesta situação sem dúvida que pensamos que esta receita, esta parte destes 5%, devem portanto ser analisados para o município, embora não poderemos deixar de referir e defender que o município aplica a mesma, por forma a que haja de alguma forma retorno, para o próprio munícipe também. Ou seja, por via do investimento da criação de condições para o emprego, na ação diversa, até no nível social. Portanto, pensamos que o que está aqui mais em causa é, isso sim, que esta receita seja aplicada devidamente.”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** disse:-----

---“O IRS é se calhar dos impostos mais justos que se cobram, porque o IRS incide sobre o rendimento e sobre esse rendimento tem uma taxa progressiva. Portanto, isentando os que têm menores rendimentos e taxando mais quem tem mais rendimentos. Essa taxa progressiva tem um princípio na sua génese, que é o princípio redistributivo da mesma, é o princípio de solidariedade que existe no IRS.-----

--- O que não pode acontecer, e esta Câmara não o pode fazer, é por exemplo, aos mais pobres, aos que recebem menos, aos que têm menores rendimentos, não cobrar, e aos que recebem mais rendimentos cobrar! Mas pode fazer uma coisa diferente, pode cobrar a todos com o efeito redistributivo que daí advém, por quê? Porque os mais pobres, como eu disse, não pagam e os mais ricos pagam, e esse efeito de imposto é utilizado para que a ausência do consumo que deixam de ter os mais ricos pela taxa de imposto mais alta que tem, é substancialmente maior sobre qualquer efeito de redução de consumo que possam ter os mais pobres, porque existe aqui um efeito redistributivo mais uma vez em que a Câmara canaliza os rendimentos para apoio social! Portanto, quando o PS quer vir, ou quando a oposição quer vir propor cortar no IRS, não sendo possível cortar gradualmente e gradativamente, o que é que vai fazer, vai beneficiar os que têm maiores rendimentos, prejudicando o consumo dos que têm menores rendimentos, como uma agravante, porque não é um consumo indiferenciado, são incentivos que a Câmara dá. Ora, quando nós recebemos o nosso salário, podemos consumir da forma como entendermos, mas quando a Câmara pega no imposto que recebe, vai incentivar alguns consumos específicos que trazem uma mais-valia para a sociedade. Vai apoiar a educação, vai apoiar as pessoas mais

carenciadas, vai apoiar as associações. E quando a oposição vem pedir uma diminuição da taxa de imposto, é bom que diga que com esta proposta não se apoiam associações, corta-se nos apoios sociais e, portanto, é bom que a oposição venha claramente explicar, como é que pretende suprir as necessidades sociais, cortando acima de tudo, beneficiando os que têm maiores rendimentos. Existe aqui um risco moral que creio que não estão cientes que é nesta altura o efeito redistributivo que é para isso que serve a Câmara Municipal e todo o Governo, o efeito redistributivo é transmitir dos mais ricos para os mais pobres. Os mais pobres não pagando, ou pagando taxas mais reduzidas dada a progressividade da mesma, ao cortar de uma forma transversal, horizontal para todos, está a beneficiar os que mais pagam e não aqueles que mais beneficiam. É importante então, que se mantenha este esforço redistributivo do IRS, em benefício de um esforço social que a Câmara tem feito e que é reconhecido por todos, estou certo até, pela oposição.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Só para responder ao repto do senhor deputado que me antecedeu: se estamos tão preocupados onde é que íamos buscar receita para ajudar as associações, é muito fácil senhor deputado, é pegar nos quase sete milhões que vamos desbaratar no Parque da Devesa, entregar às associações que dava para muitos anos ajudar as associações.”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** - disse: -----

---“Bem, eu acho que o PS tem um bocado a síndrome de Estocolmo com o Parque da Devesa. Durante anos não se faz e agora é porque está feito! Parece que tem uma paixão! Dez anos! Quando é que vão fazer, quando é que vão fazer! E agora está feito, quando antes poderiam fazer! -----

--- Sabe, o senhor deputado do PS que o antecedeu falou de uma questão muito interessante, e não me leve a mal, que era e não me lembra os anos, mas era basicamente do estilo: é pá, se nós temos que ter três anos de receita de IRS para pagar o Parque ...! Este dinheiro do IRS tem um efeito social. O investimento no Parque teve o efeito no bem-estar das famílias. Estou certo e todos vocês reconhecem, muitas vezes estão lá, vão fazer as vossas corridas, ainda bem que beneficiam dele, e isso é um efeito de bem-estar que atrai cada vez mais pessoas para Famalicão. E por isso se explica, que tendo nós as taxas sobre o IRS que temos, mesmo assim temos cada vez mais pessoas a habitar em Famalicão, temos cada vez

mais contribuintes líquidos no IRS, porque é bom viver em Famalicão, porque esse investimento é produtivo, atrai mais pessoas.-----

--- Sobre os seis milhões, não estarão certamente esquecidos, que houve um acordo que beneficia, em muito, as próximas gerações quando sobre a diminuição da parte edificada que vai ficar no Parque. Portanto, beneficiamos todos, há um custo. Bem, nós deste lado estamos habituados a pagar esses custos. Do vosso lado é o costume, não é, primeiro pede-se dinheiro e depois não se paga! Mas, nós estamos habituados a cumprir, e é talvez por isso que as pessoas confiam cada vez mais em nós.” -----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Quando aqui entrei, estava muito longe de mim intervir em qualquer ponto da ordem de trabalhos. Mas a discussão resvalou: ambiente, política ambiental, defesa da natureza. Há aqui muita gente que não conhece os últimos doze anos desta maioria e eu até não responsabilizo a atual Câmara, herdou. Eu também já estive deste lado muitos anos e continuo, enfim, na ideologia da família. -----

--- Esta nova maioria entrou, salvo erro, em 2001. Estava na primeira fila, tudo bem, a apoiar, de repente chega-me aos ouvidos que ia ser construído na freguesia de Fradelos, na periferia da autoestrada, mesmo junto à autoestrada, quem vai aqui de Famalicão para Vila do Conde, o maior aterro sanitário privado do país. Vou abreviar, aquilo foi público e notório, aquilo era alavancado por dois influentes militantes locais, um do PS e outro do PSD, e até me disseram que acima deles estava um destacadíssimo, só digo que é engenheiro, não digo mais nada, não digo o nome, militante nacional do Partido Social Democrata, esse é que estava na cúpula e dois em Famalicão. Essa estação de resíduos tinha o tamanho de trezentos mil metros quadrados equivalente a cinquenta campos de futebol. Uma barbaridade!-----

--- As Juntas de Freguesia, todas elas da periferia, sete, oito ou nove, contra, tudo contra, mas ao fim e ao cabo, mais palavra menos palavra, mais proposta menos proposta, a coisa foi à Assembleia Municipal e foi aprovado! Uma barbaridade! Uma barbaridade! -----

--- Cinquenta campos de futebol que estão lá, e ainda não atingiu nem sequer 10% do ponto de maturação, águas, níveis freáticos, por aí adiante, o que virá por aí adiante! -----

--- Mas já causa muitos malefícios e a maior parte dos senhores deputados não conhecem aquilo! Eu fui lá uma vez, ainda não estava inaugurado e fiquei um bocado assustado! -----

--- Bem, a coisa fez-se e eu fiquei de pé atrás! Matéria de ambiente, já tínhamos em Riba de Ave uma coisa mais pequena. Eu fui candidato à Junta de Riba de Ave em 1994 precisamente para lutar contra isso. Fui para lá sozinho, tive três ou quatro por cento, mas manifestei-me contra aquilo. Mas também já tive trinta por cento sozinho para a Câmara aqui em Famalicão, sozinho, quando o CDS era um grande partido em Famalicão! Hoje não é infelizmente! -----

--- Bem, em matéria de ambiente fez-se isso e eu fiquei com o pé atrás, já fiquei um bocado de pé atrás. Mas enfim, passado um ano ou dois, chega-me aos ouvidos, era público e notório, que o ex-presidente da Câmara, senhor arquiteto, vejam lá, queria vender os terrenos... -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhor deputado desculpe, sabe que eu tenho muita estima por si, mas o ponto não é esse. O artigo 58.º, n.º 2 do nosso regimento, diz o seguinte: “O orador será advertido pelo Presidente quando se desviar objetivamente do assunto em discussão.” Eu, lendo o ponto três da ordem de trabalhos, “Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de definir em 5% a participação do município no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares”, não vejo francamente qualquer relação, portanto eu pedia que o senhor deputado se circunscrevesse, ainda que, enfim, admito que haja conexamente alguma relação com o tema, agora quando não há nenhuma como é este caso, francamente, eu pedia-lhe que fosse direto ao assunto, ou indiretamente, mas que tivesse a ver com o assunto.” -----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Está bem senhor Presidente, os senhores gostavam muito de mim, mas a partir de uma determinada altura, deixaram de gostar! É a vida...! -----

--- Bem, já agora em atalho de foice para que toda a gente saiba aqui, no dia sete de setembro que eu procurei agendar uma proposta sobre refugiados e não me agendaram. É a oitava ou nona proposta que eu tentei agendar...” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, voltamos ao mesmo, ajude a Mesa. Senhor deputado, eu não lhe queria retirar a palavra!”-----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Peço desculpa, tem toda a razão, mas não ralhou com o senhor deputado do CDS que também falou do ambiente!”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse:-----

--- “Não, porque falou do assunto!”-----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Bom, eu vou resumir. Em matéria de ambiente, queriam vender tudo aquilo que compraram...”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse:-----

--- “Senhor deputado, não tem que ver com o assunto, peço desculpa. Não estamos a falar nem de ambiente, nem de aterros, estamos a falar de IRS. Senhor deputado se tiver que ver com o IRS, faça o favor. É que eu ainda tento encontrar alguma relação, mas não encontro e portanto não posso, porque estou preso por este regimento senhor deputado!-----

--- Senhor deputado, ou vai ao assunto ou tenho que lhe retirar a palavra.”-----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Eu não me vou zangar e o senhor Presidente tem toda a razão, mas a coisa não é tão azul como a pintam aqui! É que o anterior mandato foi um desastre em matéria ambiental e depois nem sequer pagavam os terrenos.”-----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** – disse:-----

--- “Voltando ao assunto que este ponto nos leva a discutir, eu ouvi com atenção a intervenção do senhor deputado Hugo Sampaio, nomeadamente quando falou da questão do IMI e do IRS, nomeadamente quando faz comparações, ou pelo menos diz que há municípios que fazem uma devolução aos seus munícipes do IRS, e pelas suas palavras imagino que queira dizer que também Famalicão o deveria fazer.-----

--- Eu apenas queria colocar aqui um pequeno desafio ao senhor deputado Hugo Sampaio: dada a nossa localização geográfica, dada a zona em que estamos integrados e os municípios que estão à nossa volta, se sabe quais são as taxas de devolução de IRS praticadas pelos municípios à nossa volta, assim como as taxas de IMI que são praticadas? E até para não se

alargar que temos meia dúzia de municípios à nossa volta, se me disser quais são as taxas dos municípios governados pelo Partido Socialista, já me deixaria satisfeito.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Acrescentaríamos à nossa intervenção anterior o seguinte, e até porque aqui foram referidas algumas situações que merecem naturalmente a nossa atenção, gostaríamos por exemplo de ver, isto em coisas muito concretas, que este retorno em relação a estes 5% sobre o IRS que a Câmara irá no próximo ano usufruir nos seus cofres, gostaríamos de ver aplicado, por exemplo, em algumas situações que nos merecem uma enorme atenção, não é de hoje, mas já foram aqui focadas algumas, por exemplo, para compensar ou para minorizar os efeitos deste problema do meio ambiente criado pelos cheiros nauseabundos da estação de tratamento em Fradelos, pelos problemas de cheiros nauseabundos da instalação de vacarias e suas consequências nas pessoas com alergias e com problemas que podem causar às pessoas de Fradelos, como forma de minorizar os efeitos do ter-se desbravado ali uma grande parte da floresta para instalação de uma subestação ou estação elétrica, criando ali problemas de algum modo no âmbito ambiental, relativamente a algumas árvores autóctones, e naturalmente foi aqui focado o problema do encerramento da estação de saúde, não só aqui, mas como é do conhecimento que já foi aqui explanado, também em Landim, no Louro e em Arnoso.-----

--- Pensamos que seria de bom-tom que a Câmara aproveitasse esta receita, estes 5% que é de todos nós, como forma também solidária de acudir e de compensar, designadamente a Freguesia de Fradelos que bem o merece dado o prejuízo enorme a que tem sido votada aquela Freguesia. -----

--- Já agora, só para concluir, o problema aqui do IRS, nós não podemos deixar em branco, que o alargamento dos escalões relativamente ao que a esmagadora maioria dos munícipes foi muito prejudicado, vai naturalmente agora incidir numa receita que a Câmara vai ter bastante maior que a do ano passado. Será, portanto, mais um motivo de saber aplicar devidamente esta verba.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Tal como há pouco que tentaram desviar aqui uma perspetiva política para uma perspetiva pessoal e moral, mais uma vez, e deixe-me que lhe diga senhor deputado Carlos

Carvalho, eu percebo o seu desconforto em explicar isto, mas temos que perceber uma coisa, sim o IRS, temos que perceber, se temos uma Câmara que esbanja em coisas supérfluas, depois do Partido Socialista ter alertado várias vezes, é óbvio que nunca vai poder ter uma taxa de IRS reduzida! Só, ponto! Nós não criticamos a vida, a qualidade de vida dos famalicenses, não! Nós criticamos as folias deste executivo! -----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, o senhor por vezes parece inimigo da receita. Sempre que há uma receita para a Câmara o senhor vem criticar que está a aumentar, a receita está a aumentar, isto não devia aumentar! Provavelmente o senhor tem alguma coisa contra com a receita, mas não se esqueça que para fazermos despesa é preciso receita, nunca esquecer isso!-----

--- Relativamente à intervenção anterior do senhor deputado Hugo Sampaio, pensei que me iria responder, já que a devolução do IRS para si é tão interessante, e devemos sempre comparar-nos com quem está à nossa volta, não é andar a ver o que o vizinho faz para termos igual ou fazermos igual, mas devemos comparar com os nossos pares. E dado que, fazendo uma pequena análise aos municípios que estão à nossa volta, e também para esclarecer os senhores deputados, relativamente à devolução do IRS, vou falar só apenas em dois ou três municípios, não vale a pena falar de mais, porque estes dois chegarão para chegarmos às nossas conclusões, falemos apenas de Guimarães e Barcelos que são dois municípios governados por Câmaras Socialistas, quanto é que estas Câmaras devolvem de IRS? Será que devolvem mais de 5% ou menos de 5%? Não! Ou seja, não vale a pena nós andarmos aqui a querer fazer demagogias, quando na generalidade todas as Câmaras do país, na generalidade, é lógico, são 92 que fazem devoluções, mas de uma forma geral na generalidade, e Câmaras que podemos comparar com as nossas, todas elas, ou quase todas elas, não fazem a devolução do IRS aos munícipes, porque isto independentemente para o que é que ela seja, seja ela para pagar a Devesa ou não, que isso é uma conversa que eu acho que não deveria entrar aqui, no entanto seja ela para o que for, é uma importante receita nos municípios. E nunca se esqueçam que só pode haver despesa com receita.”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** - disse: -----

---“Isto é o costume, a gente fala de receita, vem o PS falar de despesa! -----

--- Senhor deputado, eu peço que explique mas não é a mim! Eu estou de consciência tranquila. Explique mas é à população, como é que defende uma proposta que vai fazer com que quem mais ganha mais poupe, e quem menos ganhe menos beneficie. Come lhe disse, não é a mim, é a todos.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Só mais uma telegráfica intervenção depois do nosso momento Cervantes de há pouco, mas que é suficientemente ilustrativo do bloco central de interesses, mesmo que fosse à margem do ponto da ordem de trabalhos. -----

--- Relativamente às intervenções do senhor deputado Germano Araújo, querer ou esperar alguma clarificação. Há pouco falou em 92 Câmaras, quer dizer, é praticamente um terço das Câmaras. -----

--- Relativamente à ação social, mas isso é um ponto que iremos discutir a seguir, o IMI, mas penso que estas distorções não podem ser ditas assim impunemente, quer dizer, fazer ação social com uma dedução no IMI, quer dizer estamos a falar de proprietários pequenos ou grandes, mas estamos a falar de proprietários, quer dizer, isso é ação social? Convenhamos senhores deputados!” -----

--- **HELDER PEREIRA (CDS-PP)** - disse: -----

--- “Primeiro queria começar por dizer ao senhor deputado Tavares Bastos, que aqui disse que o CDS já foi um partido maior, eu convido-o a contar o número de deputados que estão aqui sentados e certamente que concluirá que hoje o CDS é um partido muito maior do que quando o senhor estava do lado de cá! No entanto, acredite que continuamos a gostar de si e continuamos, porque temos orgulho na nossa história, portanto não se preocupe. -----

--- Depois, e porque estamos a discutir IRS, é o que aqui importa, relativamente à questão levantada pelo senhor deputado Paulo Costa do Bloco de Esquerda, que falou aqui na questão da tributação do capital, eu queria-lhe dizer e certamente o senhor deputado sabe que isso está fora das competências fiscais do município, não é? Portanto, a diferença entre a tributação do rendimento do trabalho, ou do rendimento do capital, está na mão do Estado e da Assembleia da República. -----

--- Depois para terminar, queria só dizer ao senhor deputado Hugo Sampaio, que por acaso tenho muita pena que não tenha, aliás, nenhum deputado do Partido Socialista foi capaz de

vir aqui discutir o que se está a falar que é o IRS! Nenhum de vocês foi capaz de discutir aqui a técnica que é aplicada por este município ao IRS, e eu percebo porquê! Porque os senhores concordam com ele! Concordam e sabem que esta é a técnica mais justa e mais equitativa em termos de impostos. -----

--- Mas pode falar em folia senhor deputado, sabe qual é a folia deste município? É transformar este município no mais exportador do norte, é transformar o município que oferece os livros escolares ao 1.º ciclo, e é também o município que já foi congratulado como um dos municípios melhores para estudar em Portugal.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“ O que está aqui em causa é ter mais rendimento disponível para os famalicenses. E a Câmara Municipal que está de excelente condição financeira, segundo as palavras da própria, e não se disponibiliza a beneficiar os famalicenses nisso. -----

--- E devemos nós seguir os bons exemplos! Todos aqui estamos a defender os interesses de Famalicão! Há várias Câmaras no país como por exemplo Lisboa, que abdica dos 5%, aplica uma taxa de zero. Ponte de Lima, não sei se atualmente, mas era zero e não é muito longe! Aliás, se houver algum concelho limítrofe aqui à volta, que Famalicão tenha uma taxa de IRS inferior a esses concelhos, diga-me. Mas devemos seguir os bons exemplos nesses concelhos, porque a posição de PSD e do PP nesses concelhos, é que se baixe os impostos! E nós defendemos que também se deve baixar, agora V.as Ex.as é que lá entendem uma coisa e aqui entendem outra!”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E TREZE CONTRA.**-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a seguinte declaração de voto:-----

--- “A CDU votou a favor deste ponto relacionado com o IRS, dado que indo mais longe pensamos que para deixar de existir estas desigualdades e estas assimetrias no que diz

respeito concretamente a este caso, pensamos que é extremamente útil que os municípios venham a entender-se e que em igualdade de circunstâncias tenhamos a nível nacional essa situação resolvida.”-----

--- **QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2015 E DE ISENTAR DA DERRAMA OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000 € NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)** - -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **CARLA FARIA (PS)** – disse:-----

--- “É importante que se reconheça e se fortaleça os esforços de crescimento sustentados das empresas, principalmente das pequenas e médias empresas, relevando a sua determinante importância na manutenção e na ampliação da oferta de postos de trabalho. Assim, é obrigação desta autarquia apresentar e implementar medidas que fomentem a manutenção de postos de trabalho e a criação de novos empregos. E a Derrama, como uma taxa de imposto municipal aplicável ao lucro tributável de cada empresa, sinaliza ao tecido empresarial não só o já instalado como aquele que pode vir a instalar se, no sentido de qual é a política do município em relação às empresas. Ou seja, se o município está com os braços mais ou menos abertos para receber novas empresas ou até à subsistência das já existentes. -----

--- O Presidente da Camara Municipal publicita a estabilidade fiscal como uma das marcas deste executivo, no entanto sabemos que o valor da derrama assume grande importância no cômputo da receita municipal, principalmente, se considerarmos as indemnizações que este Camara tem feito e que terá de fazer. Nunca é demais relembrar os seis milhões. Como também não podemos esquecer que invocando a mesma estabilidade fiscal o anterior Presidente da Câmara manteve a derrama durante 12 anos, não cumprindo a promessa eleitoral de acabar com a mesma. -----

--- Desde 2013 os vereadores do PS têm vindo a propor sucessivamente uma maior transparência na aplicação das receitas da derrama, isto é, tem colocado como condição para a sua aprovação a apresentação a criação de instrumentos concretos de apoio municipal às empresas.-----

--- Em 2015 foi aprovado um novo “Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal”, cuja aplicação começa a dar frutos. Ainda bem -----

--- Mas se não se pode abrir mão desta receita, tem que haver uma fundamentação, uma justificação para que a derrama prossiga a sua existência, numa ambiência que não prejudique a performance financeira de nenhuma das empresas que a paga. Tem que existir um fundamento, uma explicação de um imposto de carácter adicional. É necessário que as empresas percebam que o sacrifício adicional tem objetivos que lhes interessam, que o seu dinheiro vai ser aplicado em benefício do desenvolvimento económico do concelho. Por outras palavras queremos saber o que é que fazem ao dinheiro, onde é que é aplicado o dinheiro da derrama? -----

--- A Câmara deve dar-lhes essa explicação, deve justificar por que lhes pede mais.-----

--- Continua a faltar esse compromisso. Não podemos, por isso, votar favoravelmente a proposta de hoje. Mas, com o “Regulamento”, já não votamos contra a sua aprovação.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “E aqui sim, começaríamos a propor uma recomendação à Câmara, quanto a este aspeto da derrama, não sendo propriamente uma novidade, contudo achamos que sempre valerá a pena conseguir obter mais receita por via daqueles que mais podem, do que o fazer por aqueles que menos podem. Em todo o caso, sempre pensamos que seria ao instrumento importante, a obtenção desta receita naturalmente para o investimento, desde logo para isso que bem necessita o município no sentido de que isto também tenha como retorno o benefício para os próprios munícipes. -----

--- Fez a leitura de uma proposta de recomendação que é do seguinte teor: -----

--- “A CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV considera que o lançamento de Derrama deve ter em conta um critério de justiça tributária que passa pela fixação de um terceiro escalão para aqueles sujeitos passivos que alcancem em 2015 um volume de negócios acima de 500.000,00 €. -----

---Assim, e em coerência com a nossa proposta apresentada nesta assembleia há um ano atrás, consideramos o seguinte:-----

--- 1) – Isentar de derrama aqueles que não ultrapassem o volume de negócios de 150.000,00 €;-----

--- 2) – Aplicar a taxa de 1,2% aos sujeitos passivos cujo volume de negócios se enquadre entre 150.000,00 € e 500.000,00 €; -----

--- 3) – Seja criado um novo escalão para aqueles sujeitos passivos que ultrapassem o volume de negócios de quinhentos mil euros, fixando-lhes a taxa de 1,5%.”-----

--- Disse ainda o seguinte:-----

--- Achamos, portanto, que é plenamente justo a fixação deste terceiro escalão, e também pensamos que para não assustar ninguém, aqui o capital, sobretudo aqueles que ganham muito, mas muito acima por via da exploração no trabalho, pensamos que esses, sobremaneira esses, devem contribuir mais do que todos os restantes. Poderíamos até dizer, que esse mais, não é naturalmente tanto assim como por aí se pode pensar, serão praticamente trocos para quem de facto usufrui de lucros bem acima daquilo que estamos habituados.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Interpelando diretamente o senhor deputado Hélder Pereira, aqui o município pode tributar o capital, não é? E invocando o argumento que ainda há pouco o senhor Presidente da Câmara referiu da estabilidade e da boa saúde financeira do município, porque não o invoca, ou não o pode aplicar aos singulares e invoca-o e aplica-o às pessoas coletivas e às pessoas coletivas lucrativas. Nós batemos nesta tecla e achamos que faz algum sentido, quer dizer, porque há questões ideológicas por trás disto, e essas questões ideológicas enformam o entendimento, quer dizer, por que é que uma empresa que é lucrativa e sobre os lucros depois de pagar a todos os trabalhadores, nomeadamente aos seus administradores e muitas vezes com regalias consideráveis, eles próprios pessoalmente já conseguiram beneficiar com o seu trabalho é óbvio, com o seu empreendedorismo, mas também com o trabalho coletivo das pessoas, da comunidade que colabora nessa vida empresarial, por que é que aqui não podemos tributar, não podemos, o município não pode tributar consideravelmente ou pelo

menos substantivamente e substancialmente estas entidades? O Bloco de Esquerda por isso acompanha até esta proposta de recomendação da CDU.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, FOI A MESMA REJEITADA COM SESSENTA E DOIS VOTOS CONTRA E DOIS VOTOS A FAVOR.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2015 E DE ISENTAR DA DERRAMA OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000 € NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, DOIS CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES.** -----

--- **QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA VIGORAR NO ANO DE 2015, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2016, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Solicito à Câmara Municipal o levantamento dos prédios devolutos para efeitos tributários de IMI. Eu penso que foi num mandato longínquo já certamente, porque uma das primeiras incumbências que os meus camaradas anteriores me deram foi, pergunta pelo menos quando se discute essa questão, como é que está esse levantamento pela Câmara? ----

--- O senhor Presidente o ano passado respondeu-me, dizendo que estaria a ser feito. Continuamos a aguardar por essa resposta, porque penso que essa é uma questão até de justiça fiscal. Já que o legislador isenta grandes proprietários, nomeadamente a banca, desta tributação, ao menos os municípios poderiam ser um pouco mais criteriosos. E isso era uma boa forma de premiar e punir a propriedade. -----

---- E o que me leva agora aqui a intervir em relação a este ponto, há pouco o senhor deputado Germano Araújo, já fez contas relativamente às reduções de 15 e 20%. Diz ele que redundaria numa quebra de receita da ordem dos quinhentos mil euros. Eu não sei se a Câmara Municipal, e eu não fiz, nem provavelmente, nem sequer tenho hipóteses de o fazer, de fazer contas quanto à eventual proposta que eu aqui faria, não é, de aplicar também uma redução de 10%, quanto é que em termos de quebra de receita, isso implicaria para o município. Porque eu penso que aqui a questão prende-se com uma questão ideológica novamente, quer dizer, eu penso que esta questão de não aplicar esta redução de 10% a quem tem um filho, acaba por ser uma discriminação ideológica, quer dizer, por que é que um agregado familiar que só tendo um filho, ou pelo menos um ainda solitário primogénito, quer dizer, daqui a uns tempos pode ter outro e outro, mas daqueles que no próximo ano fiscal ainda só tem um dependente, por que é que não são discriminados quando o legislador lhe permitiu esta bonificação, esta redução, neste enorme bolo, nesta enorme carga fiscal com que nós nos enfrentamos? -----

--- Eu espero que esta Assembleia consiga mudar este propósito, quanto mais não seja, estando cá no próximo ato eleitoral, eu vou lembrar aos pais e aos eventuais filhos únicos que serão eleitores, deste preconceito do município, por que é que os discriminam? Por que é que de alguma forma não poderão ser bonificados nesta redução de 10%? Se agregados com dois filhos poderão ser bonificados com 15%, portanto, já esta distinção por parte do legislador e três e mais poderão ser bonificados, ou poderão ver a sua redução na ordem dos 20%, por que é que quem tem só um dependente não poderá beneficiar dessa redução de 10%?” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “De facto, nós nesta matéria, na proposta de recomendação que fizemos, e conforme provavelmente alguns de nós já a terão lido, somos também bem claros. Há pessoas, cujos rendimentos, ou melhor dizendo, há pobres remediados e mais ou menos, que têm um, dois, três, quatro e cinco filhos e por aí adiante. E há ricos que têm um, dois, três, quatro e cinco filhos e por aí adiante. Entendamo-nos quanto ao seguinte: não é aqui que o critério deve assentar, o critério relativamente a este ponto, deve assentar é sim no que diz respeito ao imóvel. Há os imóveis assim, assim, os mais do que isso, há os aparatosos, há os palacetes e

há por aí adiante. E é sobre o imóvel que o IMI deve ser aplicado, a taxa deve ser aplicada! Não vemos em que é que o critério relativamente aos filhos, seja minimamente justo! Não tem nada a ver! Pensamos que deve ser o que está à mostra, ou seja, o imóvel! E o IMI é um imposto sobre o imóvel. Ponto final! Daí que a proposta que apresentamos a esta Assembleia vai no sentido de que: -----

--- Fez a leitura da proposta de recomendação que é do seguinte teor: -----

--- “A CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV entende que a taxa de IMI deve continuar a incidir sobre o tipo de imóvel do proprietário contribuinte e não quanto ao número de filhos que possui. -----

--- De facto, há muitas famílias com 1, 2, 3 e mais filhos mas que detêm muito bons e altos rendimentos e muito bons e aparatosos imóveis, pelo que pensamos que o critério correto e justo a aplicar será o da redução da taxa para 0,30%, aplicando-se a todos os munícipes proprietários de imóveis, o que propomos. -----

--- Por outro lado, não se compreende como é que se pretende aumentar o índice de natalidade neste concelho com medidas avulsas e com características de oportunismo eleitoral no que diz respeito à redução da taxa do IMI em função do número de filhos dos proprietários, quando é na génese da falta de emprego, na falta de emprego estável que os índices de natalidade não evoluem.” -----

--- Disse ainda o seguinte: -----

--- Compreendamos isto de uma vez por todas, por que é que o Governo cortou o abono de família em função dos rendimentos das pessoas? O abono de família era algo que era dado às crianças. Deixou de o ser com um critério completamente diferente, em função dos rendimentos. O abono de família, esse sim, devia ser e deve ser restaurado, deve ser aplicado às crianças e não em função dos rendimentos.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

---“A possibilidade aberta por este Governo de redução do IMI para famílias com filhos é uma medida essencialmente eleitoralista, mas convenhamos tem algumas virtudes, é caso para dizer que há males que vêm por bem. E inclusive até para além de conter em si algumas virtudes também encerra em si o reconhecimento da profunda agressão a que as políticas de austeridade sujeitaram as famílias portuguesas nestes últimos anos. A redução do IMI para

as famílias com filhos é uma medida de apoio social. Contudo, ela merece algumas considerações que revelam bem os limites e o verdadeiro alcance da mesma:-----

--- Desde logo, a medida dirige-se apenas a famílias com casa própria, esquecendo todas as que vivem em casas arrendadas que mereciam que lhes fosse aplicada alguma medida compensatória de outro foro, a política está interligada! Merecia que fossem aplicadas medidas compensatórias, estamos a falar de habitação de famílias. Uns têm casa própria, outros têm casa arrendada! Trata-se de justiça relativa. -----

--- Será justo mexer apenas no IMI de famílias com filhos, excluindo muitas famílias de classe média que vivem com os seus idosos em casa própria ou por que não em casa arrendada? -----

--- E porquê terminar com a "cláusula de salvaguarda" do IMI neste momento de grande aperto orçamental familiar dos portugueses? -----

--- Diz-se que se trata e este é o grande argumento de apoio à natalidade. Quantas famílias terão mais filhos por causa desta medida? É uma interrogação que nos parece absolutamente legítima. -----

--- Até porque os portugueses que desejam mais filhos necessitam de mais e melhores garantias sociais, garantias de emprego estável, direitos sociais abrangentes, apoios reforçados na educação e na saúde, e não de meros atos avulsos acompanhados de um aumento da carga fiscal sem precedentes. -----

--- Ao longo dos últimos anos o Partido Socialista em V. N. de Famalicão, tem procurado sensibilizar a Câmara para a necessidade imprescindível de apoiar os Famalicenses no seu esforço para enfrentar os inúmeros sacrifícios a que foram e estão sujeitos. -----

--- Fazia e faz sentido que a Câmara redefinisse prioridades e passasse a gerir o chamado “pacote fiscal” municipal com especial sensibilidade. -----

--- Por isso, o Partido Socialista apresentou sucessivas propostas no sentido de atenuar o peso dos impostos municipais, atendendo à enorme carga dos impostos estaduais. -----

--- Todos sabemos como o IMI se agravou ao longo dos últimos anos – (seja por efeito das reavaliações do imóveis ou do fim das isenções), a carga fiscal suportada pelos Famalicenses com o IMI tem vindo a crescer de forma sustentada. -----

--- Por isso defendemos a aplicação da taxa mínima (0,3%). A coligação nunca atendeu a esta proposta, sempre se mostrou insensível às nossas razões. -----

--- Em janeiro deste ano, aproveitando uma nova disposição da Lei do Orçamento de Estado, apresentamos duas propostas novas na respetiva sede, no local próprio, nas reuniões da Câmara Municipal: -----

--- 1 - uma de redução de 15% da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; -----

--- 2 - a outra de redução da taxa do IMI em 10%, 15% e 20% para famílias com 1 filho, 2 filhos e 3 ou mais filhos, respetivamente. -----

--- Ambas as propostas foram reprovadas pela coligação PSD/CDS. -----

--- Hoje voltamos, na essência à mesma proposta do partido socialista, mas reduzida – agora só as famílias com 1 filho foram excluídas dos benefícios.-----

--- Sinceramente não percebemos por quê. Porque discriminar famílias com um filho? Por acaso não serão elas também merecedoras desta redução? Pelos vistos as que residem em Famalicão não! São os esquecidos da Câmara. Querem promover a natalidade em quem tem 2 ou 3 filhos, mas quem não tem nenhum ou tem 1, não é abrangido por este tipo de benefício. É totalmente incompreensível e não se entende! -----

--- Pese embora tudo isto, e embora tarde e a más horas, a verdade é que o trabalho do Partido Socialista parece produzir os seus efeitos.-----

--- Voltamos hoje a votar uma proposta que é em muitos aspetos parecida com a do Partido Socialista, não fosse aquela versão mais truncada que hoje aqui é apresentada na medida em que os casais com um 1 filho não são contemplados. -----

--- E percebemos porque é que a coligação apresenta esta versão da nossa proposta: é que a coligação bem sabe que o Partido Socialista tem razão nos seus argumentos e tem soluções para minorar o sofrimento das famílias famalicenses, vai daí aprovam estas medidas se bem que, repito, truncadas e travestidas como sendo da Coligação. -----

--- Votaremos favoravelmente a proposta, pois entendemos que, pese embora tudo o referido, é globalmente positiva.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhores deputados, nós terminamos o tempo regimental, sendo que faltam dois pontos além deste, pontos que me parecem razoavelmente simples, sem grande, digo-o intuitivamente. E o que nos diz aqui o regimento que os senhores deputados aprovaram, é que a Assembleia não excederá as três horas contadas do início da mesma, salvo deliberação unânime dos grupos municipais. Portanto, se os grupos municipais não se opuserem, nós acabávamos isto hoje!-----

--- Posto isto, os grupos municipais foram unânimes em que se acabasse a ordem de trabalhos.-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Só para responder a questões que o senhor deputado Paulo Costa aqui trouxe. -----

--- Senhor deputado, a questão do levantamento dos prédios devolutos é um trabalho difícil de executar e demorado como deve imaginar. Nós não temos nenhuma base de dados que nos dê uma informação tão exaustiva quanto desejávamos acerca da ocupação dos edifícios. Também é bom notar, que os últimos dois anos, tivemos um exercício mais aturado em termos de departamento de planeamento e urbanismo, no que diz respeito à revisão do PDM e concentramos energia nesses *dossiers*. Mas é um trabalho que está a ser feito, eu espero que seja brevemente concluído, até porque, senhor deputado, e secundando as suas palavras, nós queremos que o resultado desse trabalho tenha repercussões ao nível da fixação, nomeadamente do IMI. -----

--- Sobre a questão do impacto que teria a abranger-se as famílias com 1 filho, nós temos uma estimativa, é uma estimativa, não é mais do que isso, de que esta medida terá um impacto na perda de receita a rondar o meio milhão de euros. A estimativa que fizemos, se aplicássemos o máximo da previsão prevista em orçamento para 1, 2 e 3 filhos, seria uma perda de receita na ordem de um milhão de euros. Portanto, seria sensivelmente o dobro da estimativa que temos neste momento. E a questão da receita é uma questão obviamente importante! A saúde financeira que nós vivemos, deve ser defendida, não deve ser delapidada! E portanto nós temos que procurar adotar medidas que não ponham em causa essa mesma saúde financeira. -----

--- É também nossa perceção, senhores deputados, que o que estamos aqui a fixar ou propor que seja fixado, muito mais do que um estímulo à natalidade, é um prémio à natalidade! É

uma leitura de adesão à decisão das famílias terem filhos. Obviamente que achamos que as famílias que tem 1 filho, é muito melhor do que não ter filho algum! Também é preciso perceber que a única oportunidade que a lei que está em vigor, que é o orçamento geral do estado e que foi aprovado na Assembleia da República por proposta deste governo, prevê a redução do IMI nestas circunstâncias! Não é por razões sociais, não é pelo nível dos rendimentos dos proprietários, é em função do número de dependentes, leia-se, descendentes. Tão só! São essas circunstâncias que estão previstas, e é no uso das mesmas que a Câmara apresenta esta proposta. -----

--- Por último dizer que esta mesma prerrogativa, ou possibilidade legalmente fixada, tem para nós uma leitura de política demográfica. Ou seja, deixa aos municípios, uma oportunidade de usar uma ferramenta ao nível da atratividade demográfica em sede de fixação de IMI. E é nossa convicção, de que aquilo que nós propomos, é o meio ou a medida que nós devemos utilizar, no uso dessa mesma ferramenta em função das circunstâncias que nós vivemos, mas também sempre tendo em conta a questão da receita! Portanto, há aqui uma proposta que é articulada entre por um lado chegar a um objetivo que é de premiar a natalidade e de apoiar as famílias, mas por outro lado, ter o resguardo necessário de que nela não signifique uma perda de receita que seja irreparável. -----

--- Uma nota final que é bom não esquecer senhores deputados e trazer também uma vez mais à colação a questão do regulamento de apoio às famílias que foi aprovado neste órgão por uma larga e saudável maioria. Também aí só apoiamos as famílias com 2, 3 e mais filhos, não apoiamos as famílias com 1 só filho. Mas é preciso não esquecer, que essa medida tem um impacto na despesa de cerca de meio milhão de euros. Todos os anos, o regulamento de apoio às famílias, terá um impacto na despesa de cerca de meio milhão de euros. E todos os anos, é o que nós desejamos, o IMI mantendo-se esta filosofia no futuro, terá um impacto no orçamento em sede de receita, em cerca de meio milhão de euros. O que significa que somando as duas medidas, ambas com uma leitura de apoio às famílias, é um impacto anual de um milhão de euros! É bom não esquecer que sobrecarregará todos os orçamentos, desde que o executivo e Assembleia Municipal assim o entendam.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Destas declarações do senhor Presidente da Câmara, pensamos que de facto, enfim, eu tenho 2 filhos, mas para ter 2 filhos um casal teve que ter primeiro 1 filho! E acho que de facto não faz nenhum sentido, andar-se a propalar a ideia de quem tem só 2 ou 3 filhos, é que usufrui deste benefício. De facto, se se quiser fazer com que a natalidade evolua, começa logo pelo primeiro filho, como é evidente! Mas dá-se de barato o seguinte: não é isto que vai fazer evoluir a natalidade! De forma alguma! Não são certamente os prováveis 50, 30, 40, 60 € anuais que um casal que tenha um filho, vai agora por via de ser beneficiado no IMI em 40, 50 ou 60 €, vai pensar em ter o segundo filho! Acham que algum casal, com o mínimo de senso, faz uma coisa destas! Mas há gente que de facto não tem a noção do ridículo que isto é! Ninguém aqui com bom senso, pode acreditar que um casal vai agora ter dois filhos, porque o IMI vai reduzir-lhe ou vai ser beneficiado o imposto imóvel! Isto é impensável! É sim, pela reposição, isso sim, do abono de família para todas as crianças, para todos os filhos! Isso é que é justo! E isso foi o que o governo cortou, empobrecendo ainda mais e criando condições para que a natalidade em vez de evoluir, viesse para trás! Sem naturalmente deixar de referir uma vez mais, que a única forma, a forma correta de fazer com que nós venhamos a ter o índice de natalidade acima do que temos, e acima de forma visível, é pela criação de políticas sérias de emprego e da estabilidade do emprego, é por essas vias, não é por estas, que estas dão zero!” -----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** - disse: -----

---“Ao contrário do IRS, desta vez temos aqui uma taxa que pode ser escalonável, uma taxa que pode discriminar positivamente. Dirão, não apoia o primeiro filho, apoia o segundo? O número de filhos necessários para haver uma renovação de gerações, é dois, portanto pelo menos vamos começar pelo segundo! Já não é mau! Já não é mau, sabendo que, se fosse pelo PS, provavelmente esta proposta no parlamento não teria passado, tanto que na altura abstiveram-se, é mais ou menos a mesma coisa como a da última sessão, defende os interesses abstendo-se! É o costume! A gente já está habituada e já vos vai percebendo a maneira de estar. Depois chegam a Famalicão e querem propor à vossa maneira. -----

--- As taxas de IMI representam, esta isenção é apenas ao imóvel onde a família reside, não é a todos os outros imóveis, portanto, quem tem mais rendimentos, quem tem mais propriedades, não fica beneficiado em todos os outros imóveis, é apenas num, por isso, creio

que de alguma forma está salvaguardada a questão colocada sobre os filhos mais ricos e os filhos mais pobres. Não é por aqui que as pessoas terão mais filhos, mas também não é por aqui que as pessoas serão prejudicadas por os ter! E para ter mais filhos é preciso ter condições para os ter! E para ter mais filhos é preciso ter uma casa maior! E para ter uma casa maior naturalmente e dada a forma como o imposto é calculado, pagará um imposto maior! Aqui, a intenção é não ter uma casa maior por belo prazer, mas ter uma casa maior e ter filhos e dependentes a cargo.-----

--- Portanto, já agora aproveito para dar uma novidade: acho que foi o PS, mas não tenho a certeza, se não for depois passa a outro, que foi sobre as casas que estão arrendadas. Eu sobre as casas que estão arrendadas, vou-vos dar uma novidade, o IMI de quem lá mora é zero, mas as casas são arrendadas! Portanto, por aí está feito o apoio! Agora, o que eu não percebo é como é que o PS, é assim, as pessoas são proprietárias da casa, pagam IMI, o Estado, nesta altura a Câmara devolve uma parte, uma pessoa que não paga IMI e ainda quer que lhe devolva? Por amor de Deus, é como não pôr dinheiro e pedir o dinheiro de volta! Primeiro comparticipa-se e depois há esse apoio! Portanto, para quem está em casa arrendada, podem fazer título de jornal é zero. Já era antes, mas continua a ser.-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Vitor Pereira, V.a Exa aqui aludiu ao facto da cláusula de salvaguarda. É bom recordar-lhe que o Partido Socialista não votou favoravelmente a cláusula de salvaguarda. Devo também recordar que o Partido Socialista não votou favoravelmente a criação da possibilidade do pagamento do IMI numa terceira prestação. Devo também aqui recordar, ou melhor, reforçar a recordação já feita pelo senhor deputado Carlos Carvalho, de que também o Partido Socialista não votou favoravelmente a possibilidade de redução do IMI para os agregados com mais que um filho. E, portanto, devo-lhe dizer que nessa circunstância, apraz-nos registar e lhe endereçar naturalmente, que tendo tido aqui, e permita-me a expressão sem qualquer sentido pejorativo, um discurso irresponsável, teve contudo uma decisão absolutamente responsável. -----

--- Senhor deputado Domingos Costa, eu julgo que uma análise mais calma e mais refletida sobre aquilo que tem sido as políticas do município, levarão certamente a mudar de opinião. É verdade, é verdade o que diz, que não é por uma medida deste tipo, que simplesmente se

promove a natalidade! Ou seja, esta medida de forma isolada não é capaz de promover a natalidade! Mas é um conjunto de medidas que possibilitam que se promovam a natalidade. E por isso eu deixo-lhe as seguintes perguntas: porventura o Partido Comunista Português, encara como uma medida avulsa e como medida eleitoralista a oferta de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo? Porventura o Partido Comunista Português entende, ou é contra, a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior? É uma medida eleitoralista senhor deputado! Senhor deputado, informe esta Câmara se porventura o Partido Comunista qualifica de eleitoralista o apoio às refeições escolares! E já agora, o apoio aos transportes escolares, e já agora a tarifa familiar na questão da água! Senhor deputado, são medidas avulsas, são medidas eleitoralistas? -----

--- E já agora, senhor deputado, diga-me também, porventura encara, e o senhor Presidente da Câmara já fez aqui referência, porventura o Partido Comunista entende que a redução de 50% do custo no prolongamento do 1.º ciclo e do ensino pré-escolar é uma medida eleitoralista? O senhor tem coragem de dizer isso aos famalicenses? O senhor tem coragem de dizer isso às famílias de V. N. de Famalicão? Têm? Eu gostava de o ouvir aqui a dizer isto, aqui e lá fora senhor deputado! Diga, em V. N. de Famalicão estas medidas são eleitoralistas! Quero ver essa coragem senhor deputado, aqui e lá fora senhor deputado!” ----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Há pouco, na contabilização que o senhor Presidente da Câmara fez, eu fiquei com a ideia de que há muitos mais proprietários com um filho único, do que com 2 ou mais filhos. Se a ordem de grandeza, numa redução de 10% é igual à ordem de grandeza com a redução de 15 e 20%, portanto há mais eleitores, isto não é uma ameaça senhores deputados, mas há mais eleitores proprietários, eleitores com 1 filho, do que com 2 ou 3. -----

--- Queria também ressaltar que o senhor Presidente, e bem, fez referência que numa ampla maioria, votou favoravelmente em determinado tipo de medidas. Convenhamos que são medidas muito diferentes destas, quer dizer, medidas que se destinam essencialmente à educação e a todo o percurso escolar das crianças famalicenses, e que eu acho inquestionavelmente, quase todos nós, se não todos nós, votamos favoravelmente essas questões.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

---“Só duas observações na sequência do que os meus colegas senhores deputados aqui disseram. -----

--- O senhor deputado Carlos Carvalho, não sei se está presente, eu gosto muito de o ouvir senhor deputado e digo isto com toda a sinceridade, gosto mesmo de o ouvir, de resto gosto de ouvir as intervenções de todos e ouço-as sempre atentamente senhor deputado Carlos Carvalho, mas eu não sou seu aluno! E quando eu falo em medidas compensatórias para os arrendatários, naturalmente que não me estou a referir em sede de IMI! -----

--- Em relação ao senhor deputado Jorge Oliveira, senhor deputado, o Partido Socialista também não votou neste ir para além da Troika que esmaga as famílias portuguesas e lhe rouba todas as perspetivas de futuro, senhor deputado. Também não votamos isso! “ -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, para lhe esclarecer uma vez mais que das duas uma, ou o senhor deputado eventualmente estava a dormir, ou como alguém dizia, estava a fazer ó ó!-----

--- Ora bem, então aí vamos: claro que nós, não é só aqui nesta casa que defendemos todas as propostas que achamos que são justas, é um facto, e já lhe dissemos aqui, apoiamos e não é de hoje, gostei que a Câmara ofereça os livros escolares, os transportes públicos e dissemos no início desta sessão! O senhor deputado se calhar estava a fazer outra coisa que não..., pronto, não terá percebido! Apoiamos essas medidas e naturalmente outras medidas. Olhe, por exemplo a última das quais apoiamos, esta dos 5% do IRS! Está a ver! E às vezes chamam-nos radicais, sabe! Há quem nos chame radicais por causa disso! Mas atenção, quando o fazemos, não deixamos de referir que o alcance dessa medida, deve ir no sentido do seu devido retorno para os munícipes, coisa que, enfim, vamos ver!-----

--- Enfim, mais se poderia dizer neste âmbito, o Partido Comunista não é contrariamente àquilo que porventura alguns querem que o seja, um partido radical do vota contra que não apresenta propostas! Não, pelo contrário, apresenta propostas, agora o que não podemos estar de acordo de maneira nenhuma, é que esta medida que aqui se coloca dos 15 e 20% tendo 2 ou 3 filhos para redução do IMI, esta medida é uma forma sub-reptícia do governo e dos municípios taparem esta coisa que foi o acabar com o abono de família para todas as crianças e é uma forma sub-reptícia de o fazer, e tem algum oportunismo no meio, porque ela veio no momento certo! Mas quero dizer outra coisa, a propósito de demagogia eleitoral,

a propósito do oportunismo eleitoral, olhe é dar a volta por aí e é ver que neste momento, e há muito pouco tempo para cá, não falta para aí tapa buracos, sabe! Não é por acaso que o fazem neste momento! Não é por acaso! Não é por acaso!”-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, vai ter que explicar aqui muito claramente a contradição que encerra o seu discurso. -----

--- V.a Exa afirmou no início da sua intervenção, na primeira intervenção que aqui fez esta noite, que era contra esta redução atribuída aos agregados familiares com mais de 2 filhos, porque o que deveria ser levado em linha de conta, era o valor do rendimento do imóvel. Isto é, dizia V.a Exa o seguinte: não, porque há famílias que têm rendimentos elevados e há outros que têm poucos rendimentos, e esta medida acaba por beneficiar muito aqueles que têm rendimentos elevados! Foi isso que V.a Exa aqui disse. Por isso eu lhe pergunto: a redução do IRS, o desconto do IRS de 5% que aqui argumentava antes, não leva em linha de conta os rendimentos! Ou seja, é um desconto de 5% para todos, correto? -----

--- Senhor deputado e a atribuição dos livros escolares do 1.º ciclo e ensino básico que aqui diz que é concordante com esta medida, também não leva em linha de conta os rendimentos dos agregados familiares, é atribuído na totalidade a todos! Por isso explique aqui a sua contradição, percebeu! O senhor é que entrou em contradição, não fomos nós!-----

--- Já agora, senhor deputado Vitor Pereira, que pena, que pena, não se lembrar desse discurso em 2011! Que jeito teria feito!”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** - disse: -----

---“ Isto é uma coisinha rápida, eu não sou professor, por isso também não venho para aqui dar aulas. -----

--- Agora, quanto aos apoios e outras medidas compensatórias, creio que ficaram esclarecidas na altura pela intervenção do senhor Presidente de Câmara, pela intervenção do senhor deputado Jorge Oliveira, e mesmo pela intervenção do senhor deputado Hélder Pereira. Portanto, essas são as medidas compensatórias. Agora estamos a discutir IMI, se estamos a discutir IMI é sobre o IMI! Quanto às outras medidas compensatórias, foram todas apresentadas! Agora se é IMI é isso!” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor deputado é assim, IMI tem a ver com imóveis e na medida em que um imóvel é de uma construção aparatosa, implica que há rendimentos aqui ligados a este imóvel que é justo que seja tributável em função da avaliação deste imóvel, está em sintonia. Não faz qualquer sentido, assentar-se depois num critério de benefício pelo facto de o agregado familiar que é proprietário deste imóvel, não faz qualquer sentido o critério de benefício em função de ter 1, 2, 3 ou 4 filhos! A nosso ver, é uma coisa falsa! O critério deve ser baixar, isso sim, a taxa de IMI 0,35% para 0,30%! Está a perceber? Está tudo dito! Esqueçamos o número de filhos que os cidadãos têm ou possam vir a ter! Esqueçamos, porque isso já é avaliado em sede de IRS noutra âmbito, portanto! O que há aqui a ter em conta, é baixar-se a taxa do IMI e ponto final! É misturar alhos com bugalhos, salvo seja, de facto é verdade isso! -----

--- E, por outro lado, não é por esta via, um cidadão devia ficar escandalizado, ao pensar que isto era um impulso, ou era algo que pudesse vir a ter mais filhos, apenas e só..., evidente! Mas a proposta vai nesse sentido, quem tem 1 filho não tem, quem tem 2 e 3 filhos tem este benefício! Mas alguém acredita que vai agora ter mais crianças para usufruir de um benefício fiscal, que é ridículo, que será na casa, para os mais remediados, de 30 ou 40 € por ano? Alguém vai ter mais filhos no sentido de vir a usufruir deste benefício? Ninguém vai acreditar numa coisa destas! Não vai, de certeza que não vai! Não é por aqui que se combate a estagnação da natalidade! Para se poder evoluir na natalidade, tem que se procurar outras formas, esta é ridícula, desculpe que lhe diga!” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS CONTRA E QUINZE VOTOS A FAVOR.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA VIGORAR NO ANO DE 2015, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2016, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS CONTRA.** -----

--- **SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO E A CEVE PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, MAIS CONCRETAMENTE NA ÁREA DA EXTINTA FREGUESIA DE ARNOSO SANTA EULÁLIA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, NA FREGUESIA DO LOURO E NA FREGUESIA DE NINE, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO E A CEVE PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, MAIS CONCRETAMENTE NA ÁREA DA EXTINTA FREGUESIA DE ARNOSO SANTA EULÁLIA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, NA FREGUESIA DO LOURO E NA FREGUESIA DE NINE, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DO TEOR DO PROTOCOLO DE INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO, O QUAL ESTABELECE OS TERMOS DA PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO, A AMA – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P, A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, O INSTITUTO DE REGISTOS E NOTARIADO, I.P E O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A APRECIÇÃO DO TEOR DO PROTOCOLO DE INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO, O**

QUAL ESTABELECE OS TERMOS DA PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO, A AMA – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P, A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, O INSTITUTO DE REGISTOS E NOTARIADO, I.P E O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – solicitou a aprovação em minuta de ata de todas as deliberações ali tomadas. -----

--- **Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período inscreveu-se e usou da palavra a senhora D. Filomena Maria dos Santos Silva Antunes, residente em Fradelos, que falou sobre a REN e o que é que a mesma iria levar para Fradelos? Em Fradelos tinham uma lixeira, água contaminada e pouca saúde causada pela poluição da lixeira que lá existia. Aproveitou para perguntar quando é que iam ter médico em Fradelos? -----

--- Nada mais havendo a tratar foi dada a reunião como encerrada à uma hora e doze minutos do dia seguinte. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos: um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete;-----

--- Minutas de ata referentes aos pontos: dois, três, quatro, cinco, seis e sete;-----

--- Moção da CDU;-----

--- Proposta do Partido Socialista;-----

--- Voto de congratulação do Partido Socialista; -----

--- Voto de protesto do Partido Socialista; -----

--- Voto de congratulação do PSD;-----

--- Voto de congratulação do PSD e CDS-PP;-----

--- Voto de congratulação do CDS-PP. -----
